

ANEXO II
PLANO DECENAL MUNICIPAL
DE EDUCAÇÃO



SERRA DA SAUDADE– MG

2015 –2024

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE
SERRA DA SAUDADE

Prefeitura Municipal de SERRA DA SAUDADE – MG
Secretaria Municipal de Educação

Plano Municipal de Educação – 2015 – 2024

Município: SERRA DA SAUDADE

Órgão Proponente – Prefeitura Municipal de SERRA DA SAUDADE – Secretaria Municipal de Educação

Praça Ademar Ribeiro de Oliveira – 246 – Centro – Serra da Saudade – MG – CEP: 35.617-000

Responsáveis:

Neusa Maria Ribeiro
Prefeita Municipal

Ivan Hernane de Oliveira
Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Lazer e Turismo.

Comissão Municipal de Educação – Responsável pela elaboração do PDME, instituída pela Portaria de nº. 110/14 de 10 de dezembro de 2014.

A) REPRESENTANTES PODER LEGISLATIVO:

TITULAR: GERALDO FIDELIS FIÚZA

SUPLENTE: ROGÉRIO ALVES

B) REPRESENTANTES DAS ENTIDADES CIVIS:

TITULAR: LUCIANA APARECIDA DA SILVA

SUPLENTE: NORMA LÚCIA DE JESUS FERREIRA

C) REPRESENTANTES DOS ALUNOS:

TITULARES: LEILA APARECIDA SILVA E MARIANA ROSA

SUPLENTES: RAFAELA STEFANY SILVA E YURI APARECIDO SILVA

D) REPRESENTANTES DA DIREÇÃO ESCOLAR:

TITULARES: MARIA DE FÁTIMA SILVA E JALMA APARECIDA SILVA FERREIRA

SUPLENTES: MIRIAM INÊS DE SOUSA PINTO E IZABEL CRISTINA GOMES

E) REPRESENTANTES PROFESSORES:

TITULARES: EDILÉIA FERREIRA ARAÚJO E LUCIMEIRE MARIA DOS SANTOS

SUPLENTES: DANIELLE THAIRENE DE ÁZARA E REGINA TEODORA DOS SANTOS DRUMOND

F) REPRESENTANTE DOS SERVIÇOS:

TITULARES: JULIANA APARECIDA RIBEIRO

SUPLENTE: WANDA SUELY GOMES

G) REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

TITULARES: LILIAM KÊNIA DE SOUSA PINTO E IVAN HERNANE DE OLIVEIRA

SUPLENTES: GISLAINE GONÇALVES MATEUS E MARCOS ANTÔNIO CARDOSO DA SILVA

H) REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL:

TITULAR: MARCOS ALEXANDRE DE ALMEIDA BACELAR

SUPLENTE: DALVA APARECIDA MACHADO RODRIGUES

I) REPRESENTANTES DO CONSELHO TUTELAR MUNICIPAL:

TITULAR:

TITULAR: VALQUÍRIA ARAÚJO FERREIRA LOURENÇO

SUPLENTE: SORAIA FABIANA DA PAZ.

Art. 2º Fica instituída a Equipe Técnica, a qual terá por finalidade a elaboração do Texto Base do Plano Decenal Municipal de Educação, composta pelos seguintes membros:

B) REPRESENTANTES PODER LEGISLATIVO:

TITULAR: GERALDO FIDELIS FIÚZA

SUPLENTE: ROGÉRIO ALVES

B) REPRESENTANTES DAS ENTIDADES CIVIS:

TITULAR: LUCIANA APARECIDA DA SILVA

SUPLENTE: NORMA LÚCIA DE JESUS FERREIRA

C) REPRESENTANTES DOS ALUNOS:

TITULARES: LEILA APARECIDA SILVA E MARIANA ROSA

SUPLENTES: RAFAELA STEFANY SILVA E YURI APARECIDO SILVA

D) REPRESENTANTES DA DIREÇÃO ESCOLAR:

TITULARES: MARIA DE FÁTIMA SILVA E JALMA APARECIDA SILVA FERREIRA

SUPLENTES: MIRIAM INÊS DE SOUSA PINTO E IZABEL CRISTINA GOMES

E) REPRESENTANTES PROFESSORES:

TITULARES: EDILÉIA FERREIRA ARAÚJO E LUCIMEIRE MARIA DOS SANTOS

SUPLENTES: DANIELLE THAIRENE DE ÁZARA E REGINA TEODORA DOS SANTOS DRUMOND

F) REPRESENTANTE DOS SERVIÇOS:

TITULARES: JULIANA APARECIDA RIBEIRO

SUPLENTE: WANDA SUELY GOMES

G) REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

TITULARES: LILIAM KÊNIA DE SOUSA PINTO E IVAN HERNANE DE OLIVEIRA

SUPLENTES: GISLAINE GONÇALVES MATEUS E MARCOS ANTÔNIO CARDOSO DA SILVA

H) REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL:

TITULAR: MARCOS ALEXANDRE DE ALMEIDA BACELAR

SUPLENTE: DALVA APARECIDA MACHADO RODRIGUES

II) REPRESENTANTES DO CONSELHO TUTELAR MUNICIPAL:

TITULAR:

TITULAR: VALQUÍRIA ARAÚJO FERREIRA LOURENÇO

SUPLENTE: SORAIA FABIANA DA PAZ.

Ninguém ignora tudo.

Ninguém sabe tudo.

Todos nós sabemos alguma coisa.

Todos nós ignoramos alguma coisa.

Por isso aprendemos sempre.

(Paulo Freire)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO	9
A LENDA	12
FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA	12
LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO	14
CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO	16
ASPECTOS DEMOGRÁFICOS	17
ASPECTOS SOCIAIS	21
ASPECTOS ECONÔMICOS	29
MERCADO DE TRABALHO	32
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	34
ESTRUTURA	34
CAPACIDADE TÉCNICA	36
FINANÇAS	37
PLANEJAMENTO	37
PLANOS DE EDUCAÇÃO	38
EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO	41
HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO	41
ESCOLAS LOCAIS	45
DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO	47
GARANTIA DO DIREITO À EDUCAÇÃO BÁSICA COM QUALIDADE	50
EDUCAÇÃO INFANTIL	50
METAS E ESTRATÉGIAS	51
META 1	51
ENSINO FUNDAMENTAL	52
META 2	54
ALFABETIZAÇÃO	56
META 5	57
META 7	58
EDUCAÇÃO INTEGRAL	62
META 6	65
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	66
META 8	68
META 9	69
ENSINO MÉDIO	71

META 3	72
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	74
META 11	75
EDUCAÇÃO ESPECIAL/INCLUSIVA	76
META 4	77
FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	79
META 15	80
META 16	81
META 17	81
META 18	81
ENSINO SUPERIOR	82
META 12	83
META 13	84
GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL	84
META 19	85
FINANCIAMENTO	86
META 20	87
CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
FONTES BIBLIOGRÁFICAS	89
COLABORADORES	7

INTRODUÇÃO

O PME – Plano Municipal de Educação é um importante instrumento na área educacional para os municípios, assim como para os demais setores da Administração Municipal. Este não é um plano da Rede de Ensino Municipal, mas um plano de Educação do Município em sua totalidade. Trata-se de uma exigência prevista na Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que instituiu o Plano Nacional de Educação (PNE). Portanto, não se trata de um Plano de governo, mas um Plano de Estado, com dez anos de duração e institucionalizado por meio de Lei Municipal, articulada a uma Legislação estadual e Nacional.

Além de fazer um diagnóstico bem preciso, com dados consistentes e coesos do próprio município, do estado e da União, além das metas previstas, este objetiva planejar uma educação eficaz em um tempo maior, uma vez que na educação nada acontece de um dia para o outro como num passe de mágica. Os resultados são vistos em longo prazo.

Este plano está integrado ao Plano Estadual de Educação e ao Plano Nacional de Educação (PNE), voltado principalmente para a realidade, a vocação, às políticas públicas do município e sua proposta de desenvolvimento é que irão determinar as metas e as estratégias de suas ações na educação escolar.

Planejar, este é o principal objetivo do PME. Tornar possível uma política para a educação. Cada Município tem uma trajetória de afirmação política que deve ser respeitada. O PME não pode estar descolado dos objetivos da população e dos administradores municipais, embora deva transcender a perspectiva de um governo, que tem o mandato máximo de quatro anos, quando o PME é para dez anos, daí nasce a essência do PME, que é a definição das estratégias que garantirão a consecução ou o alcance das metas para todo este período, tendo como base uma sequência lógica de ideias.

Os objetivos do PME para o Município são de alçada do próprio Município que deve estabelecer diretrizes e metas para o ensino médio e para a educação superior no município, dialogando com os responsáveis por esses níveis de escolarização. Daí a necessidade de se traçar metas e ações coerentes, consistentes e que realmente tracem o perfil e a verdadeira necessidade do município, englobando todas as esferas administrativas atuantes dentro deste, a rede estadual de ensino e as instituições federais, além de escolas privadas.

CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

Serra da Saudade é um município brasileiro do estado de Minas Gerais. Sua população segundo IBGE, em 2014 estava estimada em 822 habitantes tendo sua economia baseada na agropecuária, principalmente a pecuária com gado de corte e leiteiro.

Localizada na zona do Alto São Francisco, no Centro-Oeste de Minas, é uma cidade tipicamente interiorana, caracterizada por uma vegetação de cerrado, tendo um relevo bem diversificado, porém com quase 50% dele montanhoso.

A altitude mínima é de 670 metros e a máxima é de 970 metros acima do nível do mar, possui um relevo bastante montanhoso.

A serra que se destaca no município é a famosa Serra da Saudade que, segundo a lenda, deu origem ao nome da cidade. Esta começa dentro do próprio município e termina na BR 262 na altura da cidade de Campos Altos, MG.

O município tem como municípios limítrofes ao Sul Estrela do Indaiá, Norte, Serra da Saudade, Leste Dolores do Indaiá e a Oeste São Gotardo. O clima é do tipo Tropical Quente e tem-se 2 (duas) estações, uma seca e outra chuvosa. A seca corresponde ao inverno e a primavera enquanto que a chuvosa ao verão e outono. Cada uma dessas estações tem aproximadamente 6 (seis) meses de duração. A temperatura média anual é de 24,4°. graus centígrados.

A vegetação típica é o Cerrado, que é formado por árvores baixas com mais ou menos 5 (cinco) metros de altura, troncos retorcidos, cascas grossas e raízes profundas. São separadas umas das outras e suportam ficar até 6 (seis) meses sem chuva. Nas partes mais úmidas e próximas dos rios e córregos aparece uma vegetação mais densa.

Diferentemente de hoje, havia na região do município na época do início do povoamento, uma mata densa, formada por uma grande diversidade de madeiras com uma variada fauna típica de cerrado, como: onças, caititus, macacos, tamanduás, veados, tatus e outros de menor porte que quase foram extintos durante a colonização, mas que agora já podem novamente ser vistos nas matas que estão sendo preservadas.

Hidrograficamente o município parte da Bacia Hidrográfica do São Francisco, sendo banhado pelo Rio Indaiá., que é afluente do Velho Chico.

O distrito foi criado pela Lei Nº de 336 DE 27/12/1948 e emancipado pela Lei Estadual Nº 2764 de 30/12/1962, desmembrando assim do município de Dores do Indaiá.

Quando os trilhos da Estrada de Ferro Paracatu se aproximavam do sopé da Serra da Saudade, havia ali além de pequenas propriedades, duas grandes fazendas: a fazenda do Rancho e a da Serra da Saudade. A fazenda do Rancho, de propriedade de Pedro Félix, ganhou esse nome em razão do rancho que abrigava os viajantes, tropeiros e que lá passavam a noite, para na manhã seguinte, transpor a serra. E a fazenda Serra da Saudade, que tinha como proprietário, àquela época, no século dezoito, Miguel de Furtado Mendonça, e que recebeu esse nome em homenagem à grande serra que circula a cidade e que tem o nome de Serra da Saudade.

A construção da Estrada de Ferro Belo Horizonte - Paracatu, e a construção de Brasília, cujo caminho mais perto para se chegar lá na época, era passando por ali fez aumentar o progresso da região e outros morados foram se agrupando ao redor das fazendas até que se tornou um lugarejo, e que carinhosamente, recebeu o nome de rancho dos carreiros, em homenagem ao rancho e aos tropeiros, que foram os primeiros moradores.

Em 1882, a fazenda de Serra da Saudade, com 1.925 hectares, foi dividida entre os vários herdeiros. Quem herdou a maior parte da fazenda foi José Lopes Rodrigues Júnior, que vendeu suas terras para dois sócios José Calixto Assunção e Joaquim Elias Pereira, que a compraram com todas as benfeitorias por 70 contos de réis. Mais tarde, José Calixto Assunção adquiriu a parte de seu sócio e quando faleceu deixou todos os bens para dona Maria Praxedes Assunção, sua única filha.

Em 28 de dezembro de 1922, foi dado início à construção do trecho da Estrada de Ferro que ligaria Dores do Indaiá a Serra da Saudade, cujo último destino seria Paracatu. A fazenda do Rancho já pertencia a José Zacarias Machado que doou dois alqueires de terra para a construção da estação, mas, em troca, a estação deveria receber o nome de Estação Melo Viana.

A estação foi inaugurada em 22 de julho de 1925 e ao seu redor, surgiram as primeiras casas dos funcionários da Estrada, além de posseiros que também realizaram suas construções.

Foi também por volta de 1925, que dona Maria Praxedes Assunção doou um alqueire para a construção da Igreja Nossa Senhora do Carmo. Com a venda de outros lotes que pertenciam a sua fazenda, foram construídas outras casas. Surgiram também pequenas indústrias como a fábrica de fubá e máquinas de beneficiar arroz. E formaram-se novas ruas ao redor da praça principal onde havia a estação Ferroviária.

A construção da rodovia Belo Horizonte - Uberaba, atravessando o arraial de Melo Viana contou a presença do presidente Getúlio Vargas. Com o progresso da região, o povoado cresceu e foram instaladas novas casas comerciais e bons restaurantes.

Com a crise gerada pela Segunda Guerra Mundial, o racionamento do petróleo, as obras da rodovia que ligaria Belo-Horizonte a Uberaba foram paralisadas, e a Estrada de Ferro continuou sendo uma opção para os tropeiros que necessitavam transportar cargas nas regiões do Alto Parnaíba.

Mas com o passar dos anos, a ferrovia foi classificada como antieconômica, e em 1969, teve seus trilhos arrancados, ficando apenas a lembrança daqueles áureos tempos.

Em primeiro de março de 1963, foi fundada a prefeitura municipal. Em 30 de agosto do mesmo ano, Serra da Saudade deixaria de pertencer ao município de Dores do Indaiá, atingindo sua emancipação, sendo administrada por uma mulher, senhora Elza Gonçalves Moreira, que fora designada pela Secretaria do Interior e Justiça. Até que, em 30 de agosto de 1963, foi implantado o município de Serra da Saudade e tomou posse o primeiro prefeito, José Ribeiro da Silva .

O município serviu de ponto de parada para viajantes que transportavam material para a construção de Brasília.

A ferrovia escoava café, madeira, gado e diamantes. Só para se ter uma ideia, a Pensão da Barra servia até 200 refeições ao dia, mas, com a construção da BR 262 o movimento foi interrompido e o desenvolvimento intenso da serra também, o que fez com que o lugar se tornasse um refúgio tranquilo, com características próprias para o turismo em virtude também do clima serrano e beleza natural.

A LENDA.

Há muitos anos, por volta do século 18, vivia no lugarejo uma tribo de índios, que por motivos desconhecidos, acabou sendo dizimada, restando ali apenas uma índia. Esta por sua vez, vivia em total abandono e solidão. Até que um dia, parentes da índia que moravam na Bahia, lhe escreveram uma carta.

No entanto, naquela época, as correspondências eram transportadas por carros de boi, charretes, trens de ferro, automóveis, e as malas se molhavam, secavam e com isso acabou danificando a correspondência destinada à índia.

Quando a carta chegou ao seu destino, a índia já tinha falecido de desgosto e saudades de seus entes queridos. Os moradores da época abriram a correspondência e a única palavra que se podia ler era SAUDADE, daí o nome de Serra da Saudade.

FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA

Segundo a tradição, o município caracteriza-se pela tenacidade com que seus primeiros habitantes lutaram para domar o agreste da serra. A fundação do povoado, antes denominado Melo Viana, foi motivada pelo desdobramento da ferrovia inaugurada em Dores do Indaiá, no ano de 1922. No entanto, por força da crise econômica decorrente da 2ª Guerra Mundial, as obras foram paralisadas e, anos depois, sendo considerada antieconômica pelos governos locais, a estrada de ferro Melo Viana teve seus trilhos arrancados. Tornou-se distrito em 1948 com a denominação de Comendador Viana. Recebe a denominação de Serra da Saudade em 1962, quando passa a município.

Fonte: almg.gov.br

- Outra Versão -

Quando os trilhos da Estrada de Ferro Paracatu se aproximavam do sopé da Serra da Saudade, havia ali além de pequenas propriedades, duas grandes fazendas: a fazenda do Rancho e a da Serra da Saudade. A fazenda do Rancho, de propriedade de Pedro Félix, ganhou esse nome em razão do rancho que abrigava os viajantes, tropeiros e que lá passavam a noite, para na manhã seguinte, transpor a serra. E a fazenda Serra da Saudade, que tinha como proprietário, àquela época, no século dezoito, Miguel de Furtado Mendonça, e que

recebeu esse nome em homenagem à grande serra que circula a cidade e que tem o nome de Serra da Saudade.

A construção da Estrada de Ferro Belo Horizonte - Paracatu, e a construção de Brasília, cujo caminho mais perto para se chegar lá na época, era passando por ali fez aumentar o progresso da região e outros moradores foram se agrupando ao redor das fazendas até que se tornou um lugarejo, e que carinhosamente, recebeu o nome de rancho dos carreiros, em homenagem ao rancho e aos tropeiros, que foram os primeiros moradores.

Em 1882, a fazenda de Serra da Saudade, com 1.925 hectares, foi dividida entre os vários herdeiros. Quem herdou a maior parte da fazenda foi José Lopes Rodrigues Júnior, que vendeu suas terras para dois sócios José Calixto Assunção e Joaquim Elias Pereira, que a compraram com todas as benfeitorias por 70 contos de réis. Mais tarde, José Calixto Assunção adquiriu a parte de seu sócio e quando faleceu deixou todos os bens para dona Maria Praxedes Assunção, sua única filha.

Em 28 de dezembro de 1922, foi dado início à construção do trecho da Estrada de Ferro que ligaria Dores do Indaiá a Serra da Saudade, cujo último destino seria Paracatu. A fazenda do Rancho já pertencia a José Zacarias Machado que doou dois alqueires de terra para a construção da estação, mas, em troca, a estação deveria receber o nome de Estação Melo Viana.

A estação foi inaugurada em 22 de julho de 1925 e ao seu redor, surgiram as primeiras casas dos funcionários da Estrada, além de posseiros que também realizaram suas construções.

Foi também por volta de 1925, que dona Maria Praxedes Assunção doou um alqueire para a construção da Igreja Nossa Senhora do Carmo. Com a venda de outros lotes que pertenciam a sua fazenda, foram construídas outras casas. Surgiram também pequenas indústrias como a fábrica de fubá e máquinas de beneficiar arroz. E formaram-se novas ruas ao redor da praça principal onde havia a estação Ferroviária.

A construção da rodovia Belo Horizonte - Uberaba, atravessando o arraial de Melo Viana contou a presença do presidente Getúlio Vargas. Com o progresso da região, o povoado cresceu e foram instaladas novas casas comerciais e bons restaurantes.

Com a crise gerada pela Segunda Guerra Mundial, o racionamento do petróleo, as obras da rodovia que ligaria Belo-Horizonte a Uberaba foram paralisadas, e a Estrada de Ferro continuou sendo uma opção para os tropeiros que necessitavam transportar cargas nas regiões do Alto Parnaíba.

Mas com o passar dos anos, a ferrovia foi classificada como antieconômica, e em 1969, teve seus trilhos arrancados, ficando apenas a lembrança daqueles áureos tempos.

Em primeiro de março de 1963, foi fundada a prefeitura municipal. Em 30 de agosto do mesmo ano, Serra da Saudade deixaria de pertencer ao município de Dolores do Indaia, atingindo sua emancipação, sendo administrada por uma mulher, senhora Elza Gonçalves Moreira, que fora designada pela Secretaria do Interior e Justiça. Até que, em 30 de agosto de 1963, foi implantado o município de Serra da Saudade e tomou posse o primeiro prefeito, José Ribeiro da Silva.

O município serviu de ponto de parada para viajantes que transportavam material para a construção de Brasília.

A ferrovia escoava café, madeira, gado e diamantes.

Só para se ter uma ideia, a Pensão da Barra servia até 200 refeições ao dia, mas, com a construção da BR 262 o movimento foi interrompido e o desenvolvimento intenso da serra também, o que fez com que o lugar se tornasse um refúgio tranquilo, com características próprias para o turismo em virtude também do clima serrano e beleza natural .

Fonte: www.citybrazil.com.br

LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO



Fonte: Atlas Brasil 2013



Encontro de carreiros e cavalgada de São Sebastião



Praça Ademar Ribeiro de Oliveira



Túneis da antiga linha férrea Paracatu/Belo Horizonte



Festa da Congada/Festa do Rosário



Estação Barra do Funchal da antiga linha férrea Paracatu/Belo Horizonte



Folia de Reis



Festa do Peão de Boiadeiro



Cachoeira do Rio Indaiá



Academia Boa Forma



Centro Cultural Zé Mestre/Secretaria Municipal de Educação

Caracterização do território

Área	IDHM 2010	Faixa do IDHM	População (Censo 2010)
335,659 km ²	0,677	Alto (IDHM entre 0,600 e 0,699)	815 hab.
Densidade demográfica	Ano de instalação	Microrregião	Mesorregião
2,42 hab/km ²	1962	Bom Despacho/MG	Central Mineira

Fonte: Atlas Brasil 2013

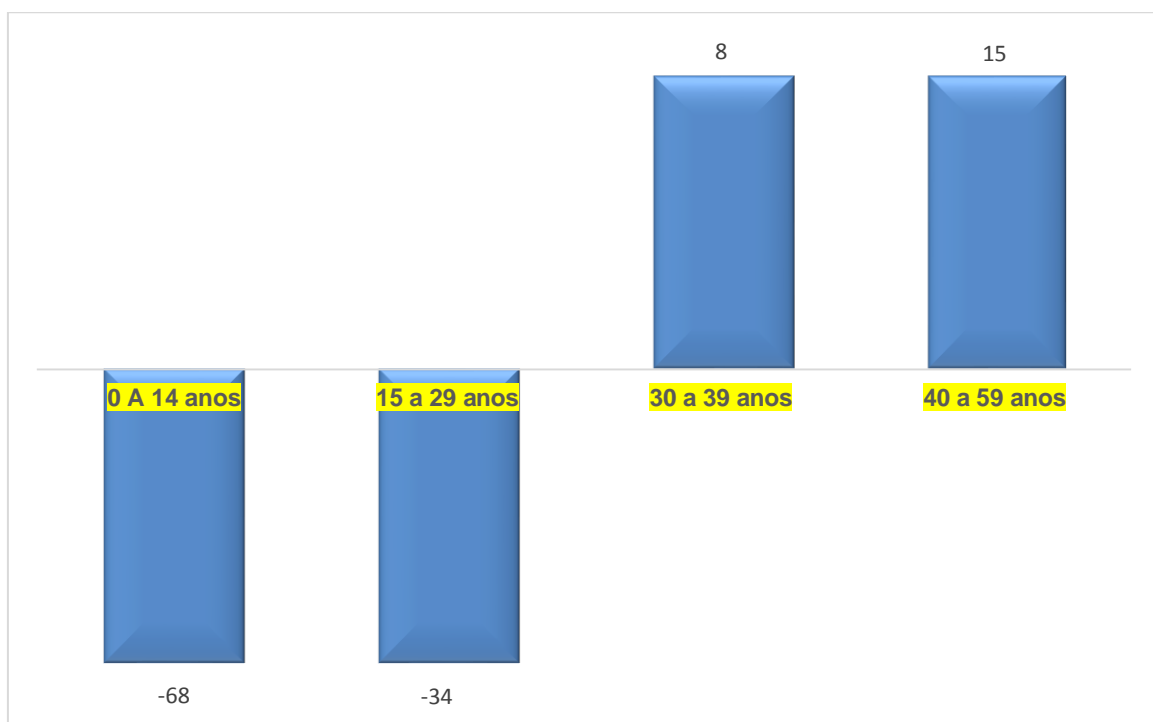
Dados do Município segundo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística:

Área de unidade Territorial	335,659 km ²
Estabelecimentos de Saúde SUS	1 estabelecimento
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM 2010)	0,677
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – Educação (IDHM 2010)	35,79%
PIB per capita a preços correntes/2012	R\$ 15.087,80
População residente/2010	815 pessoas
População residente- Homens	430 pessoas
População residente – Mulheres	385 pessoas
População residente Alfabetizada/2010	677 pessoas
População residente que frequentava creche ou escola/2010	248 pessoas
População residente, religião católica Apostólica Romana/2010	695 pessoas
População residente, Religião Espírita /2010	1 pessoa
População residente, Religião Evangélicas /2010	85 pessoas
Valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes – Rural/2010	R\$ 293,50
Valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes – Urbano /2010	R\$ 510,00
Valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar, por situação do domicílio – Rural/2010	R\$ 1.187,44
Valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar, por situação do domicílio – Urbana/2010	R\$ 1.512,27

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010: disponível em <http://cod.ibge.gov.br/M4C>

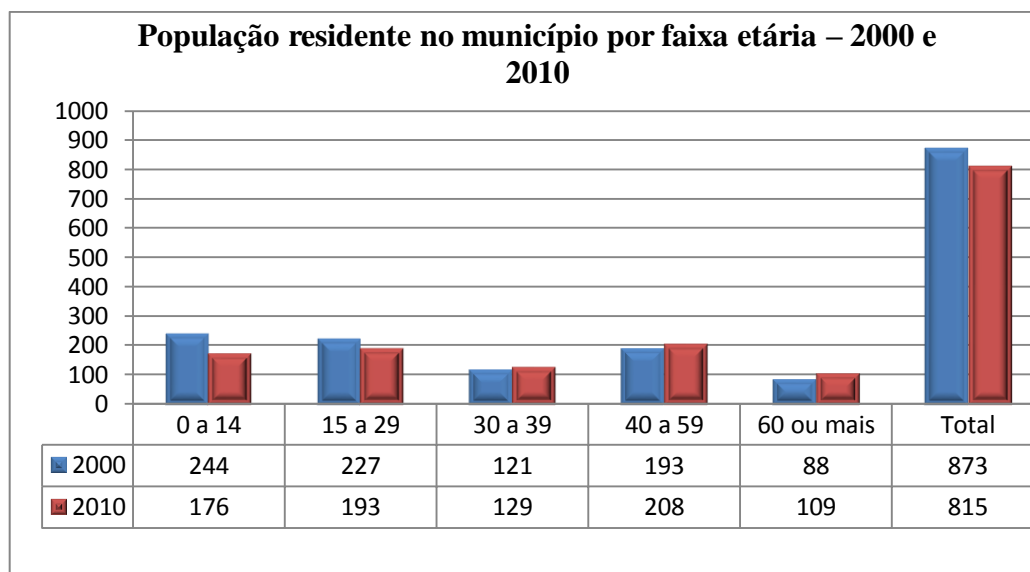
ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

Com uma população de 822 habitantes, de acordo com o Censo de 2010, o município apresentou um decréscimo da população total, entre 1970 e 2010, provocado pela emigração, principalmente de nossos jovens que, após concluírem o Ensino Médio e sem perspectivas de emprego deixam o nosso município em busca de novos horizontes. O êxodo rural vem provocando um aumento na população urbana. O êxodo rural é consequência de concentração de grandes fazendas nas mãos de poucos fazendeiros.



Fonte: IBGE – Censos Demográficos de 2000 e 2010

De acordo com os gráficos acima, é notório o decréscimo de nossa população principalmente entre os mais jovens, que ao completarem certa idade e pela falta de oportunidades no mercado de trabalho, se colocam na condição desfavorável para permanência aqui no município, procurando melhores chances de emprego em outras cidades. Em contrapartida, a população que fica vai envelhecendo e muitos daqueles que saíram à procura de novas chances quando mais jovens, regressam ao término de seu ciclo de empregabilidade, procurando um lugar com maior tranquilidade e melhor condição de vida. Com isso, torna-se um município com uma população adulta e acima de 30 anos bem maior que a população na fase jovem.



Fonte: IBGE – Censos Demográficos 2000 e 2010

Por este gráfico, podemos notar de maneira mais clara o que foi exposto no anterior, ou seja, a população mais jovem foi diminuindo de maneira considerável até a população com 29 anos, enquanto que a população de 40 anos até 59, houve uma diminuição um pouco menor e a população com 60 anos ou mais cresceu em torno de 25%. Se considerarmos que para esta classe da população mais idosa a dificuldade e o acesso à educação eram muito mais precários, devemos considerar que a população tivesse um alto índice de analfabetos e analfabetos funcionais.

Natalidade, mortalidade infantil e óbitos anuais – 2007 e 2013

Ano	Natalidade	Mortalidade infantil	Óbitos
2007	9	0	2
2008	2	1	4
2009	2	0	6
2010	4	0	2
2011	3	0	1
2012	6	0	2
2013	6	0	6

Fonte: Informações do Posto de Saúde Municipal: Senhor Fabrício Antônio Cardoso

De acordo com o penúltimo censo demográfico, Serra da Saudade tinha 875 habitantes. Considerando que no período de 2007 a 2013 nasceram 32 crianças e morreu um total de 24 pessoas, a população deveria aumentar para 883 habitantes, no entanto não foi bem isto que aconteceu. A população despencou para 822 habitantes, ou seja, houve um

decréscimo de quase 10% da população. Se levarmos em consideração o fato de que várias famílias fixaram moradias aqui durante este tempo, elevaremos este índice a mais de 10% da população ativa que deixou o município em busca de melhores oportunidades de emprego ou até mesmo de estudos. O certo é que a população vem encolhendo a cada década que se passa.

Não existem dados concretos da população de Serra da Saudade quando em sua emancipação política. Senhor Odilon Costa, um dos moradores mais antigos do município, hoje com quase 90 anos de idade, lembra com saudades das várias comunidades rurais que existiam nesta época, segundo ele, Serra da Saudade tinha aproximadamente 1.300 moradores, uma vez que o pessoal que morava nessas comunidades eram muitos. A grande maioria, trabalhavam nas fazendas do município, ou em plantações como meeiros, principalmente de café, milho e arroz, enquanto que as mulheres que não ajudavam nestas tarefas se dedicavam exclusivamente ao lar.

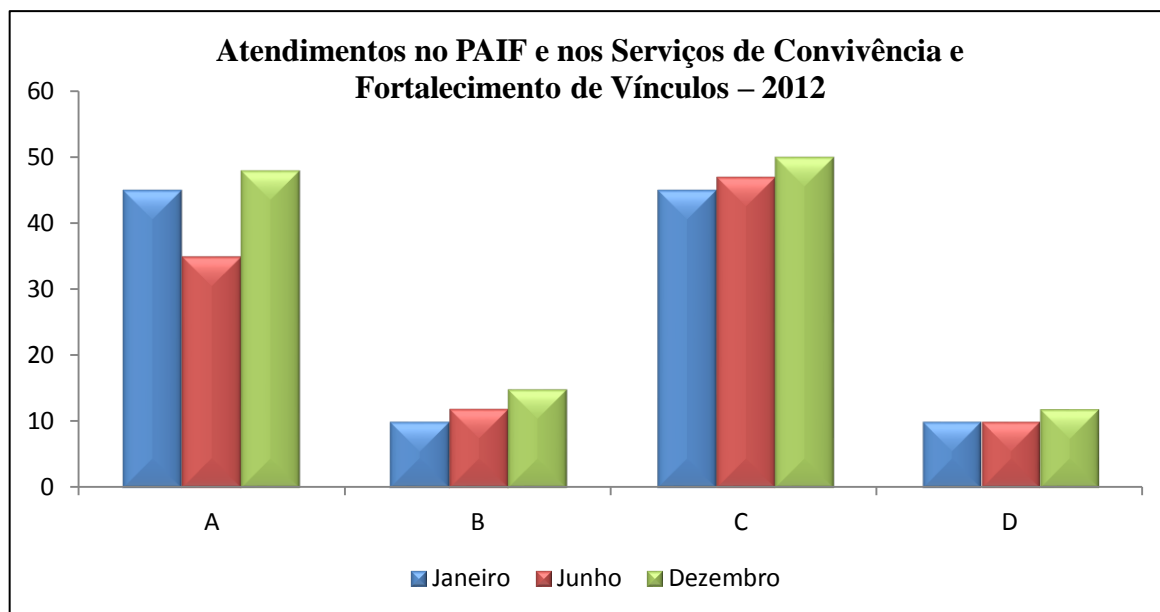
Atualmente o município conta com 822 habitantes e tem como principais empregadores a própria Prefeitura Municipal e atividades rurais como criação de gado leiteiro e de corte, sendo poucas as atividades comerciais e praticamente zero as atividades industriais.

Domicílios particulares não ocupados	153 domicílios
Domicílios particulares não ocupados de uso ocasional	110 domicílios
Domicílios particulares não ocupados vagos	43 domicílios
Domicílios particulares ocupados	290 domicílios
Domicílios particulares ocupados com entrevista realizada	289 domicílios
Domicílios particulares ocupados sem entrevista realizada	1 domicílios
Domicílios recenseados	443 domicílios
Homens	430 homens
Homens de 1 a 4 anos de idade	17 homens
Homens de 10 a 14 anos de idade	32 homens
Homens de 100 anos ou mais de idade	0 homens
Homens de 15 a 19 anos de idade	33 homens
Homens de 20 a 24 anos de idade	30 homens
Homens de 25 a 29 anos de idade	40 homens
Homens de 30 a 34 anos de idade	33 homens
Homens de 35 a 39 anos de idade	37 homens
Homens de 40 a 44 anos de idade	26 homens
Homens de 45 a 49 anos de idade	22 homens
Homens de 5 a 9 anos de idade	38 homens
Homens de 50 a 54 anos de idade	28 homens

Homens de 55 a 59 anos de idade	24 homens
Homens de 60 a 64 anos de idade	21 homens
Homens de 65 a 69 anos de idade	13 homens
Homens de 70 a 74 anos de idade	14 homens
Homens de 75 a 79 anos de idade	7 homens
Homens de 80 a 84 anos de idade	8 homens
Homens de 85 a 89 anos de idade	1 homens
Homens de 90 a 94 anos de idade	1 homens
Homens de 95 a 99 anos de idade	0 homens
Homens de menos de 1 ano de idade	5 homens
Homens na área rural	163 homens
Homens na área urbana	267 homens
Média de moradores em domicílios particulares ocupados	2,81 moradores
Mulheres	385 mulheres
Mulheres de 1 a 4 anos de idade	19 mulheres
Mulheres de 10 a 14 anos de idade	37 mulheres
Mulheres de 100 anos ou mais de idade	0 mulheres
Mulheres de 15 a 19 anos de idade	26 mulheres
Mulheres de 20 a 24 anos de idade	33 mulheres
Mulheres de 25 a 29 anos de idade	31 mulheres
Mulheres de 30 a 34 anos de idade	26 mulheres
Mulheres de 35 a 39 anos de idade	33 mulheres
Mulheres de 40 a 44 anos de idade	27 mulheres
Mulheres de 45 a 49 anos de idade	32 mulheres
Mulheres de 5 a 9 anos de idade	22 mulheres
Mulheres de 50 a 54 anos de idade	24 mulheres
Mulheres de 55 a 59 anos de idade	25 mulheres
Mulheres de 60 a 64 anos de idade	14 mulheres
Mulheres de 65 a 69 anos de idade	8 mulheres
Mulheres de 70 a 74 anos de idade	9 mulheres
Mulheres de 75 a 79 anos de idade	9 mulheres
Mulheres de 80 a 84 anos de idade	2 mulheres
Mulheres de 85 a 89 anos de idade	1 mulheres
Mulheres de 90 a 94 anos de idade	0 mulheres
Mulheres de 95 a 99 anos de idade	1 mulheres
Mulheres de menos de 1 ano de idade	6 mulheres
Mulheres na área rural	125 mulheres
Mulheres na área urbana	260 mulheres
População residente	815 pessoas
População residente rural	288 pessoas
População residente urbana	527 pessoas

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010, disponível em <http://cod.ibge.gov.br/M4C>

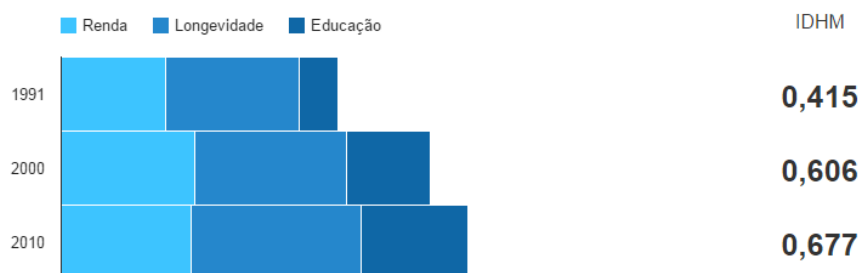
ASPECTOS SOCIAIS



Nota: A – Quantidade de famílias participando regularmente de grupos no âmbito do PAIF
 B – Quantidade de crianças de 0 a 6 anos em Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
 C – Quantidade de crianças/adolescentes de 6 a 15 anos em Serviços Convivência Fortalecimento Vínculos
 D – Quantidade de jovens de 15 a 17 anos em Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
 Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)

O Programa de Atendimento Integrado à Família desenvolve um trabalho de socialização muito significativo dentro do município. Uma vez que o município tem um índice baixo de vulnerabilidade para as diversas faixas etárias, temos que considerar que o atendimento quase que individual tem uma chance muito maior de alcançar seu objetivo. O trabalho integrado entre a Assistência social, o setor de saúde e a educação são fatores preponderantes para que possamos elevar nossos índices municipais a patamares próximos ou maiores que dos municípios em melhores condições que o nosso.

Índice de Desenvolvimento Humano



Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes – Serra da Saudade

IDHM e componentes	1991	2000	2010
IDHM Educação	0,198	0,426	0,542
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	7,37	24,69	35,79
% de 5 a 6 anos frequentando a escola	86,79	100,00	100,00
% de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental	23,38	49,74	80,04
% de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo	19,20	74,17	51,30
% de 18 a 20 anos com ensino médio completo	-	-	35,34
IDHM Longevidade	0,678	0,772	0,863
Esperança de vida ao nascer (em anos)	65,67	71,30	76,78
IDHM Renda	0,531	0,677	0,663
Renda per capita (em R\$)	217,27	539,51	494,31

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

O Índice de Desenvolvimento Humano de Serra da Saudade no ano de 2010 foi de 0,677, o que deixa o município próximo ao patamar de alto, considerado para aqueles situados entre 0,700 e 0,799 em 2010. Os itens a serem considerados dentro dos indicadores do IDH nos mostra que a educação com 0,542 e a Renda com 0,663 são fatores que discorrem para o achatamento deste índice, enquanto que a Longevidade com 0,863 é um fator que puxa este índice para cima. No entanto, a que se considerar que dentro do setor educacional, devido ao baixo número de alunos, na maioria das vezes o município fica fora das avaliações externas do MEC pelo baixo número de alunos, não considerando, portanto o índice de aprendizagem dos alunos das redes de ensino e, levando-se em consideração a evasão, a aprovação e os recursos oferecidos pelo município. Diante disso, podemos considerar que a forma de avaliação dentro do setor educacional é falha no sentido de pontuarem itens que não são aplicados nos municípios com baixo número de alunos. No entanto, de acordo com o gráfico

observado, notamos um crescimento bem razoável do município em todos os quesitos de avaliações, o que nos leva a crer que o município segue no caminho certo e a passos largos para a recuperação imediata de um índice ideal.

EVOLUÇÃO

Entre 2000 e 2010

O IDHM passou de 0,606 em 2000 para 0,677 em 2010 - uma taxa de crescimento de 11,72%. O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 81,98% entre 2000 e 2010.

Nesse período, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,116), seguida por Longevidade e por Renda.

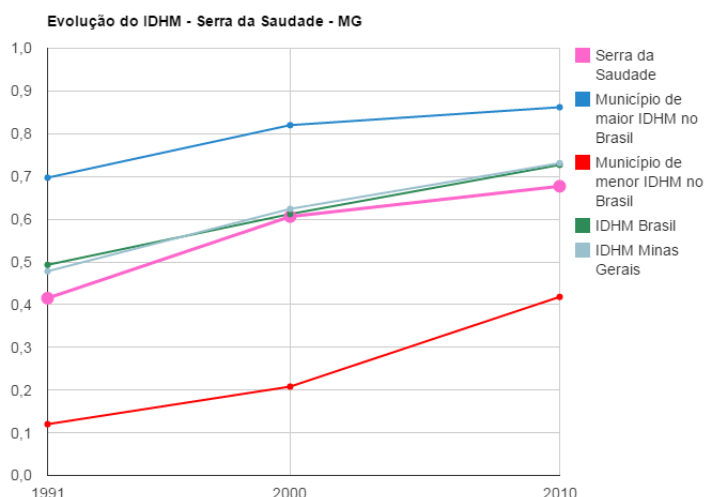
Entre 1991 e 2000

O IDHM passou de 0,415 em 1991 para 0,606 em 2000 - uma taxa de crescimento de 46,02%. O hiato de desenvolvimento humano foi reduzido em 67,35% entre 1991 e 2000.

Nesse período, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,228), seguida por Renda e por Longevidade.

Entre 1991 e 2010

De 1991 a 2010, o IDHM do município passou de 0,415, em 1991, para 0,677, em 2010, enquanto o IDHM da Unidade Federativa (UF) passou de 0,493 para 0,727. Isso implica em uma taxa de crescimento de 63,13% para o município e 47% para a UF; e em uma taxa de redução do hiato de desenvolvimento humano de 55,21% para o município e 53,85% para a UF. No município, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,344), seguida por Longevidade e por Renda. Na UF, por sua vez, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,358), seguida por Longevidade e por Renda.



Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Ranking

Serra da Saudade ocupa a 2503^a posição entre os 5.565 municípios brasileiros segundo o IDHM. Nesse ranking, o maior IDHM é 0,862 (São Caetano do Sul) e o menor é 0,418 (Melgaço).

Percentual de homens ocupados, com 25 anos ou mais de idade, com Ensino Fundamental completo e Ensino Médio incompleto	10,4%
Percentual de homens ocupados, com 25 anos ou mais de idade, com Ensino Médio completo e Ensino Superior incompleto	18,3%
Percentual de homens ocupados, com 25 anos ou mais de idade, com Ensino Superior incompleto	1,9%
Percentual de homens ocupados, com 25 anos ou mais de idade, sem instrução e Ensino Fundamental incompleto	73,2%
Percentual de homens, com 16 anos ou mais de idade, ocupados em setor de atividade de agricultura	58,6%
Percentual de homens, com 16 anos ou mais de idade, ocupados em setor de atividade de indústria	1,5%
Percentual de homens, com 16 anos ou mais de idade, ocupados em setor de atividade de serviços	39,9%
Percentual de mulheres ocupadas, com 25 anos ou mais de idade, com Ensino Fundamental completo e Ensino Médio incompleto	10,4%
Percentual de mulheres ocupadas, com 25 anos ou mais de idade, com Ensino Médio completo e Ensino Superior incompleto	18,3%
Percentual de mulheres ocupadas, com 25 anos ou mais de idade, com Ensino Superior incompleto	22,2%
Percentual de mulheres ocupadas, com 25 anos ou mais de idade, sem instrução e Ensino Fundamental incompleto	49,1%
Percentual de mulheres, com 16 anos ou mais de idade, ocupadas em setor de atividade	10,4%

de agricultura	
Percentual de mulheres, com 16 anos ou mais de idade, ocupadas em setor de atividade de indústria	0%
Percentual de mulheres, com 16 anos ou mais de idade, ocupadas em setor de atividade de serviços	89,6%
População economicamente ativa de homens brancos com 16 anos ou mais de idade	129 pessoas
População economicamente ativa de homens com 16 anos ou mais de idade	254 pessoas
População economicamente ativa de homens pretos ou pardos com 16 anos ou mais de idade	125 pessoas
População economicamente ativa de mulheres brancas com 16 anos ou mais de idade	39 Pessoas
População economicamente ativa de mulheres com 16 anos ou mais de idade	143 pessoas
População economicamente ativa de mulheres pretas ou pardas com 16 anos ou mais de idade	104 pessoas
População ocupada das mulheres brancas com 16 anos ou mais de idade	39 pessoas
População ocupada das mulheres com 16 anos ou mais de idade	143 pessoas
População ocupada das mulheres pretas ou pardas com 16 anos ou mais de idade	104 pessoas
População ocupada dos homens brancos com 16 anos ou mais de idade	129 pessoas
População ocupada dos homens com 16 anos ou mais de idade	254 pessoas
População ocupada dos homens pretos ou pardos com 16 anos ou mais de idade	125 pessoas
Proporção de famílias em que a mulher era responsável pela família, do tipo casal com filho, nas famílias únicas e conviventes principais, residentes em domicílios particulares, em relação ao total de famílias do tipo casal com filho	15%
Proporção de famílias em que a mulher era responsável pela família, do tipo casal sem filho, nas famílias únicas e conviventes principais, residentes em domicílios particulares, em relação ao total de famílias do tipo casal sem filho	15,1%
Proporção de famílias em que a mulher era responsável pela família, do tipo responsável sem cônjuge com filho, nas famílias únicas e conviventes principais, residentes em domicílios particulares, em relação ao total de famílias do tipo responsável sem cônjuge com filho	77,8%
Proporção de famílias em que a mulher era responsável pela família, em famílias com rendimento familiar per capita até 1/2 salário mínimo, nas famílias únicas e conviventes principais, residentes em domicílios particulares, em relação ao total de famílias com rendimento familiar per capita até 1/2 salário mínimo	22,9%
Proporção de famílias em que a mulher era responsável pela família, em famílias com rendimento familiar per capita de mais de 2 salários mínimos, nas famílias únicas e	18,9%

conviventes principais, residentes em domicílios particulares, em relação ao total de famílias com rendimento familiar per capita de mais de 2 salários mínimos	
Proporção de famílias em que a mulher era responsável pela família, nas famílias únicas e conviventes principais, residentes em domicílios particulares, em relação ao total de famílias	26,7%
Proporção de famílias em que a mulher, de cor ou raça branca, era responsável pela família, nas famílias únicas e conviventes principais, residentes em domicílios particulares, em relação ao total de famílias cujo responsável pela família era de cor ou raça branca	22,6%
Proporção de famílias em que a mulher, de cor ou raça preta ou parda, era responsável pela família, nas famílias únicas e conviventes principais, residentes em domicílios particulares, em relação ao total de famílias cujo responsável pela família era de cor ou raça preta ou parda	30,7%
Proporção de homens de 16 anos ou mais de idade com rendimento de até 1 salário mínimo	32,1%
Proporção de homens de 16 anos ou mais de idade sem rendimento	9,5%
Proporção de mulheres brancas de 15 anos ou mais de idade com filho nascido vivo até 31/07/2010	78,8%
Proporção de mulheres de 15 a 19 anos de idade com filho nascido vivo até 31/07/2010	4,3%
Proporção de mulheres de 15 anos ou mais de idade com filho nascido vivo até 31/07/2010	77,7%
Proporção de mulheres de 16 anos ou mais de idade com rendimento de até 1 salário mínimo	40,6%
Proporção de mulheres de 16 anos ou mais de idade sem rendimento	35,6%
Proporção de mulheres pretas ou pardas de 15 anos ou mais de idade com filho nascido vivo até 31/07/2010	76,9%
Proporção de pessoas brancas de 16 anos ou mais de idade com rendimento de até 1 salário mínimo	31,7%
Proporção de pessoas brancas de 16 anos ou mais de idade sem rendimento	23%
Proporção de pessoas de 0 a 14 anos de idade	21,3%
Proporção de pessoas de 15 a 29 anos de idade	23,7%
Proporção de pessoas de 16 anos ou mais de idade com rendimento de até 1 salário mínimo	36,1%
Proporção de pessoas de 16 anos ou mais de idade sem rendimento	21,7%
Proporção de pessoas de 60 anos ou mais de idade	13,7%
Proporção de pessoas pretas ou pardas de 16 anos ou mais de idade com rendimento de até 1 salário mínimo	39,7%
Proporção de pessoas pretas ou pardas de 16 anos ou mais de idade sem rendimento	20,7%
Taxa de abandono escolar precoce das mulheres entre 18 a 24 anos	40,8%
Taxa de abandono escolar precoce das pessoas brancas entre 18 a 24 anos	56,6%
Taxa de abandono escolar precoce das pessoas entre 18 a 24 anos	38,2%
Taxa de abandono escolar precoce das pessoas pretas ou pardas entre 18 a 24 anos	26,2%
Taxa de abandono escolar precoce dos homens entre 18 a 24 anos	36,4%
Taxa de analfabetismo das mulheres de 15 anos ou mais	16,5%
Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais	13,6%

Taxa de analfabetismo dos homens de 15 anos ou mais	11,1%
Taxa de atividade das mulheres brancas com 16 a 29 anos	33,5%
Taxa de atividade das mulheres brancas com 16 anos ou mais de idade	22,6%
Taxa de atividade das mulheres com 16 a 29 anos	75,7%
Taxa de atividade das mulheres com 16 anos ou mais de idade	77,1%
Taxa de atividade das mulheres pretas ou pardas com 16 a 29 anos	45,9%
Taxa de atividade das mulheres pretas ou pardas com 16 anos ou mais de idade	59,4%
Taxa de atividade dos homens brancos com 16 a 29 anos	72,6%
Taxa de atividade dos homens brancos com 16 anos ou mais de idade	75,9%
Taxa de atividade dos homens com 16 a 29 anos	40,5%
Taxa de atividade dos homens com 16 anos ou mais de idade	49,1%
Taxa de atividade dos homens pretos ou pardos com 16 a 29 anos	79,6%
Taxa de atividade dos homens pretos ou pardos com 16 anos ou mais de idade	78,4%
Taxa de frequência escolar líquida das mulheres entre 15 e 17 anos de idade	46,9%
Taxa de frequência escolar líquida das mulheres entre 18 e 24 anos de idade	16,7%
Taxa de frequência escolar líquida das mulheres entre 6 e 14 anos de idade	71,4%
Taxa de frequência escolar líquida das pessoas brancas entre 15 e 17 anos de idade	46,9%
Taxa de frequência escolar líquida das pessoas brancas entre 18 e 24 anos de idade	0,0%
Taxa de frequência escolar líquida das pessoas brancas entre 6 e 14 anos de idade	83,8%
Taxa de frequência escolar líquida das pessoas entre 15 e 17 anos de idade	46,6%
Taxa de frequência escolar líquida das pessoas entre 18 e 24 anos de idade	7,1%
Taxa de frequência escolar líquida das pessoas entre 6 e 14 anos de idade	79,5%
Taxa de frequência escolar líquida das pessoas pretas ou pardas entre 15 e 17 anos de idade	46,3%
Taxa de frequência escolar líquida das pessoas pretas ou pardas entre 18 e 24 anos de idade	11,7%
Taxa de frequência escolar líquida das pessoas pretas ou pardas entre 6 e 14 anos de idade	77,0%
Taxa de frequência escolar líquida dos homens entre 15 e 17 anos de idade	46,2%
Taxa de frequência escolar líquida dos homens entre 18 e 24 anos de idade	0,0%
Taxa de frequência escolar líquida dos homens entre 6 e 14 anos de idade	87,5%
Taxa de urbanização	64,7%
Taxa de urbanização entre as mulheres	67,5%
Taxa de urbanização entre os homens	62,1%
Taxa de abandono escolar precoce das mulheres entre 18 a 24 anos	40,8%
Taxa de abandono escolar precoce das pessoas brancas entre 18 a 24 anos	56,6%
Taxa de abandono escolar precoce das pessoas entre 18 a 24 anos	38,2%
Taxa de abandono escolar precoce das pessoas pretas ou pardas entre 18 a 24 anos	26,2%
Taxa de abandono escolar precoce dos homens entre 18 a 24 anos	36,4%
Taxa de analfabetismo das mulheres de 15 anos ou mais	16,5%
Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais	13,6%
Total de analfabetos com 15 anos ou mais de idade	87 pessoas
Total de domicílios particulares permanentes urbanos com homem branco responsável pelo domicílio	109 pessoas

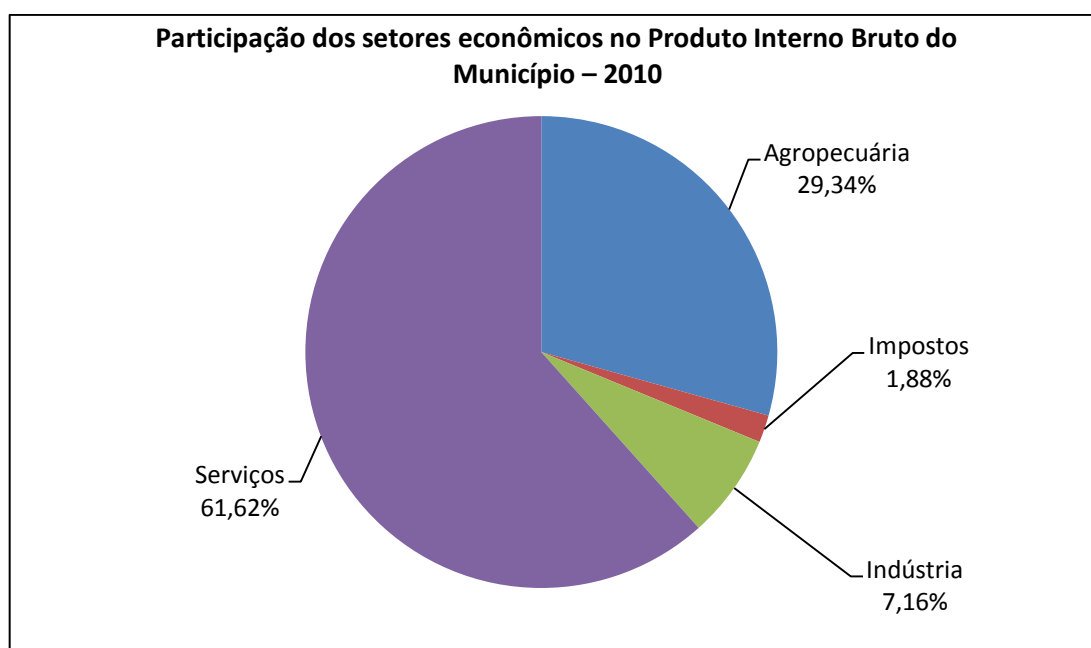
Total de domicílios particulares permanentes urbanos com homem preto ou pardo responsável pelo domicílio	100 pessoas
Total de domicílios particulares permanentes urbanos com homem responsável pelo domicílio	209 pessoas
Total de domicílios particulares permanentes urbanos com mulher branca responsável pelo domicílio	31 pessoas
Total de domicílios particulares permanentes urbanos com mulher preta ou parda responsável pelo domicílio	50 pessoas
Total de domicílios particulares permanentes urbanos com mulher responsável pelo domicílio	81 pessoas
Total de famílias com rendimento familiar per capita até 1/2 salário mínimo, nas famílias únicas e conviventes principais, residentes em domicílios particulares	66 pessoas
Total de famílias com rendimento familiar per capita de mais de 2 salários mínimos, nas famílias únicas e conviventes principais, residentes em domicílios particulares	22 pessoas
Total de famílias cujo responsável pela família era de cor ou raça branca, nas famílias únicas e conviventes principais, residentes em domicílios particulares	117 pessoas
Total de famílias cujo responsável pela família era de cor ou raça preta ou parda, nas famílias únicas e conviventes principais, residentes em domicílios particulares	119 pessoas
Total de famílias do tipo casal com filho, nas famílias únicas e conviventes principais, residentes em domicílios particulares	137 pessoas
Total de famílias do tipo casal sem filho, nas famílias únicas e conviventes principais, residentes em domicílios particulares	55 pessoas
Total de famílias do tipo responsável sem cônjuge com filho, nas famílias únicas e conviventes principais, residentes em domicílios particulares	37 pessoas
Total de famílias únicas e conviventes principais, residentes em domicílios particulares	236 pessoas
Total de homens analfabetos com 15 anos ou mais de idade	38 pessoas
Total de homens entre 15 e 17 anos de idade que frequentavam ensino médio	10 pessoas
Total de homens entre 18 e 24 anos de idade que frequentavam ensino superior	0 pessoas
Total de homens entre 18 e 24 anos de idade que não haviam concluído o ensino médio e não estavam frequentando a escola	16 pessoas
Total de homens entre 6 e 14 anos de idade que frequentavam ensino fundamental	50 pessoas
Total de mulheres analfabetas com 15 anos ou mais de idade	49 pessoas
Total de mulheres entre 15 e 17 anos de idade que frequentavam ensino médio	11 pessoas
Total de mulheres entre 18 e 24 anos de idade que frequentavam ensino superior	5 pessoas
Total de mulheres entre 18 e 24 anos de idade que não haviam concluído o ensino médio e não estavam frequentando a escola	13 pessoas
Total de mulheres entre 6 e 14 anos de idade que frequentavam ensino fundamental	41 pessoas
Total de pessoas brancas entre 15 e 17 anos de idade que frequentavam ensino médio	9 pessoas

Total de pessoas brancas entre 18 e 24 anos de idade que frequentavam ensino superior	0 pessoas
Total de pessoas brancas entre 18 e 24 anos de idade que não haviam concluído o ensino médio e não estavam frequentando a escola	17 pessoas
Total de pessoas entre 15 e 17 anos de idade que frequentavam ensino fundamental	35 pessoas
Total de pessoas entre 15 e 17 anos de idade que frequentavam ensino médio	21 pessoas
Total de pessoas entre 18 e 24 anos de idade que frequentavam ensino superior	5 pessoas
Total de pessoas entre 18 e 24 anos de idade que não haviam concluído o ensino médio e não estavam frequentando a escola	30 pessoas
Total de pessoas entre 6 e 14 anos de idade que frequentavam ensino fundamental	91 pessoas
Total de pessoas pretas ou pardas entre 15 e 17 anos de idade que frequentavam ensino médio	12 pessoas
Total de pessoas pretas ou pardas entre 18 e 24 anos de idade que frequentavam ensino superior	5 pessoas
Total de pessoas pretas ou pardas entre 18 e 24 anos de idade que não haviam concluído o ensino médio e não estavam frequentando a escola	12 pessoas
Total de pessoas pretas ou pardas entre 6 e 14 anos de idade que frequentavam ensino fundamental	56 pessoas

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010, disponível em <http://cod.ibge.gov.br/M4C>

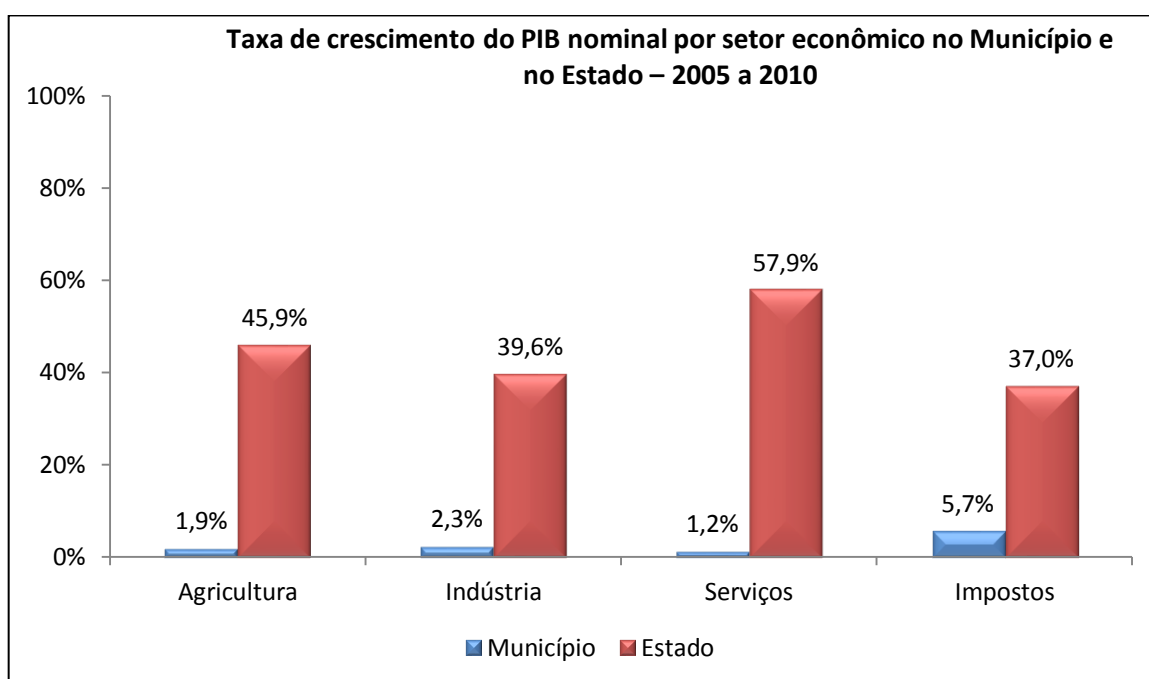
ASPECTOS ECONÔMICOS

Produção Econômica



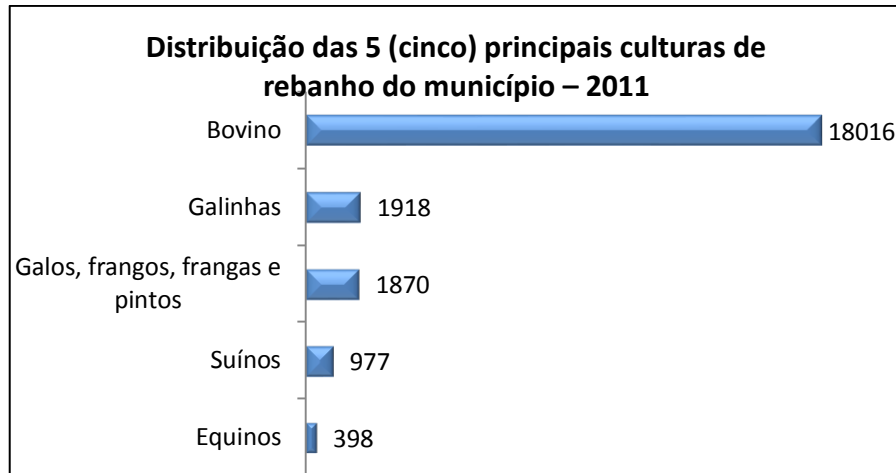
Fonte: IBGE

A estrutura econômica municipal demonstrava uma participação expressiva do setor de serviços, onde está incluído o setor público municipal, maior empregador do município. O setor agropecuário, é também muito importante para o fortalecimento econômico do município, abrangendo, 29,34%, menos da metade do setor de serviços, porém quase quatro vezes mais que o setor de indústrias, onde concentram-se pequenas produções, na sua maioria informais ou artesanais. Os poucos incentivos para o fortalecimento e implantação de indústrias torna o município vulnerável à arrecadação própria, tornando-se altamente dependente do FPM.



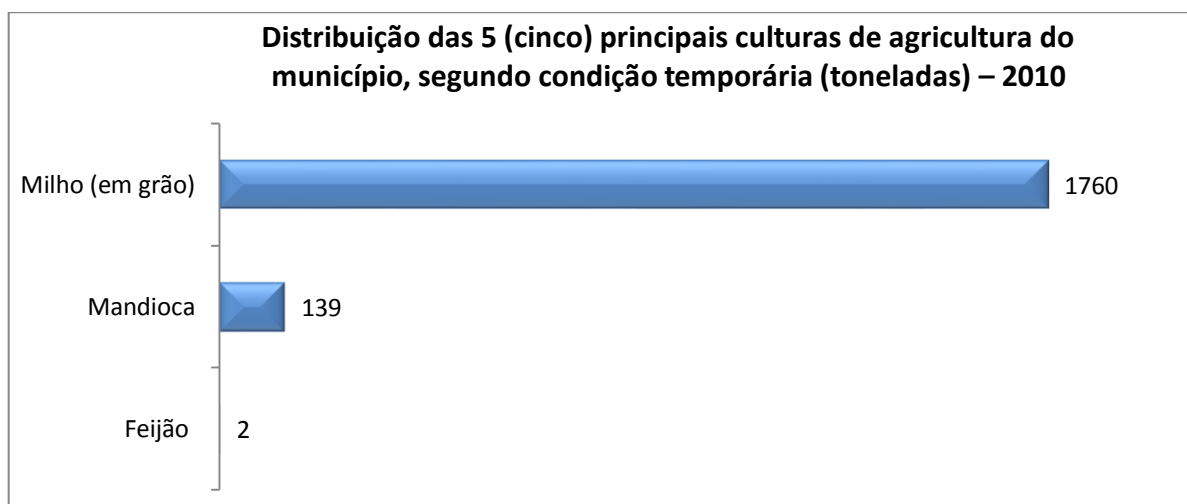
Fonte: IBGE

Quando analisamos os aspectos econômicos do município, temos que levar em consideração, dentre os diversos outros fatores a baixa geração de renda através dos setores principais de nosso município, tais como agricultura, indústria e serviços, melhorando um pouco no quesito de impostos, que recai sobre a própria população. Como fica demonstrado no Gráfico 6, o setor bovino, ainda puxa de maneira satisfatória a economia do município para cima. Encontramos aí, a dificuldade de termos números exatos uma vez que nem todos os pecuaristas realmente declaram sua real situação.



Fonte: IBGE – Pesquisa Produção Pecuária Municipal (PAM)

Se fizermos um apanhado informal, teremos números bem superiores aos demonstrados pelo IBGE, uma vez que o rebanho bovino é muitas vezes maior do que o aqui apontado, e de aves em geral a discrepância é ainda maior, uma vez que não temos aí contabilizados aqueles agricultores ou criadores basicamente da agricultura familiar. No entanto, para medirmos a eficiência econômica do município, temos que levar em consideração tudo aquilo que é comercializado de forma legal no mercado, daí vemos a necessidade de um incentivo bem maior para que estes pequenos agricultores saiam da informalidade.



Fonte: IBGE – Pesquisa Produção Agrícola Municipal (PAM)

O município, assim como os demais municípios da região, em geral, diminuíram e muito a produção de grãos e demais gêneros alimentícios primários, uma vez que a tendência do município e dos agricultores foi o investimento em bovinos de corte e leiteiros e com isto

a produção de pastagens e silagem foi o que mais cresceu, assim como a agricultura de subsistência. As plantações de milho, arroz, feijão e mandioca para comercialização, praticamente não existem mais. Como podemos observar a produção de milho, que de longe é maior que as demais, ainda é muito inexpressiva para qualquer impacto econômico.

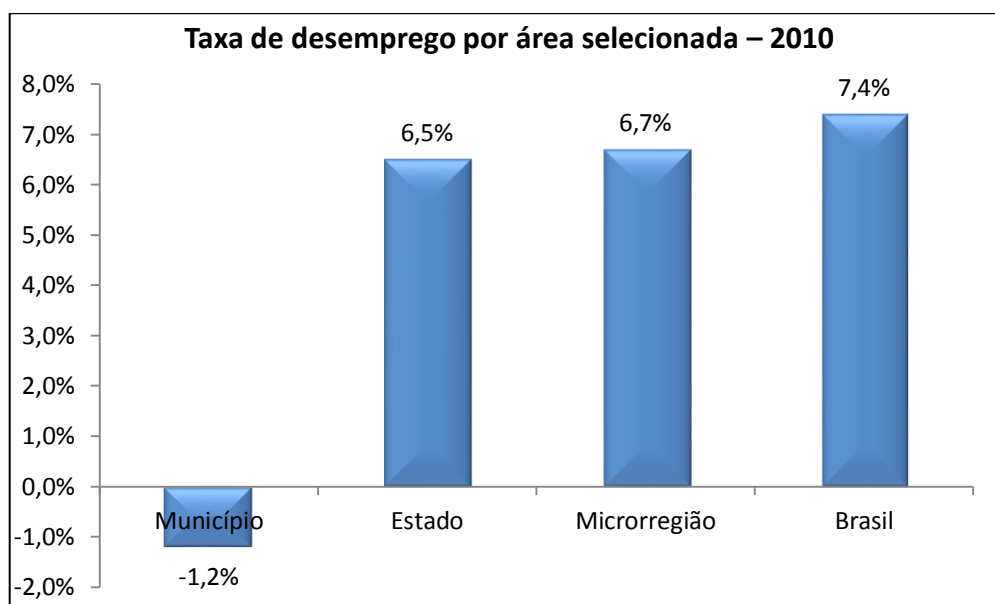
Quantidade de agricultores cadastrados com DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf)

	Município	Estado	Brasil
Quantidade	94	355.100	4.395.395

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário

De acordo com os dados, podemos notar que mais de 10% da população total do município, são produtores regularizados junto aos órgãos competentes e estão aptos ao PRONAF, portanto, são produtores em potencial a participarem dos programas da renda familiar. Em pesquisa da própria EMATER, em nível de município, a grande maioria destes, são pequenos produtores que trabalham basicamente com sua família, não gerando, portanto empregos em nível municipal. Torna-se assim um município com poucos grandes fazendeiros e muitos pequenos agricultores desenvolvendo uma economia de subsistência.

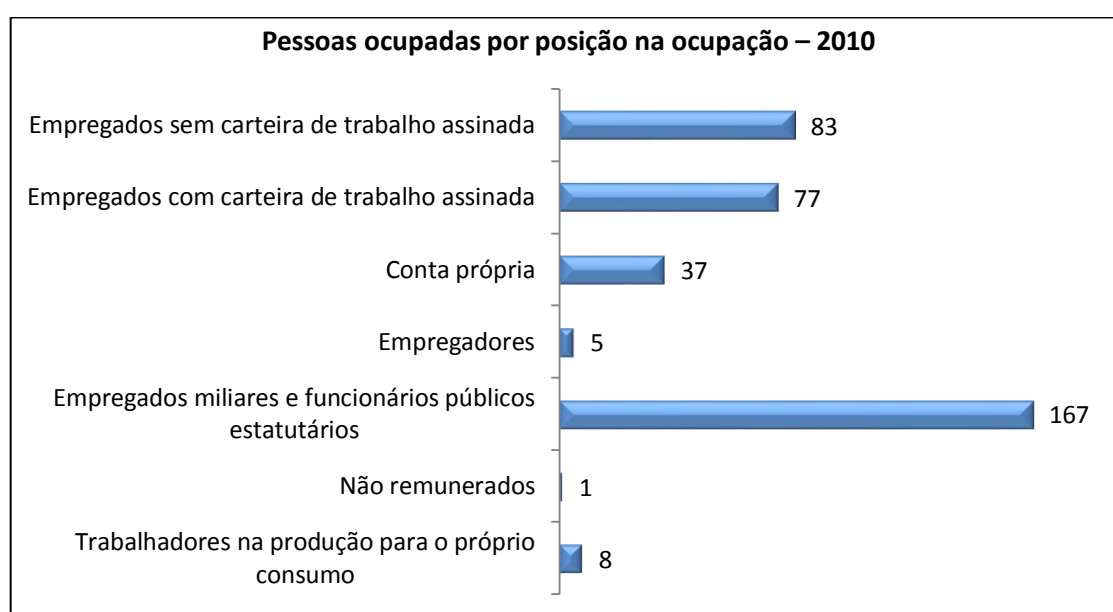
Mercado de Trabalho



Fonte: IBGE – Censos Demográficos 2000 e 2010

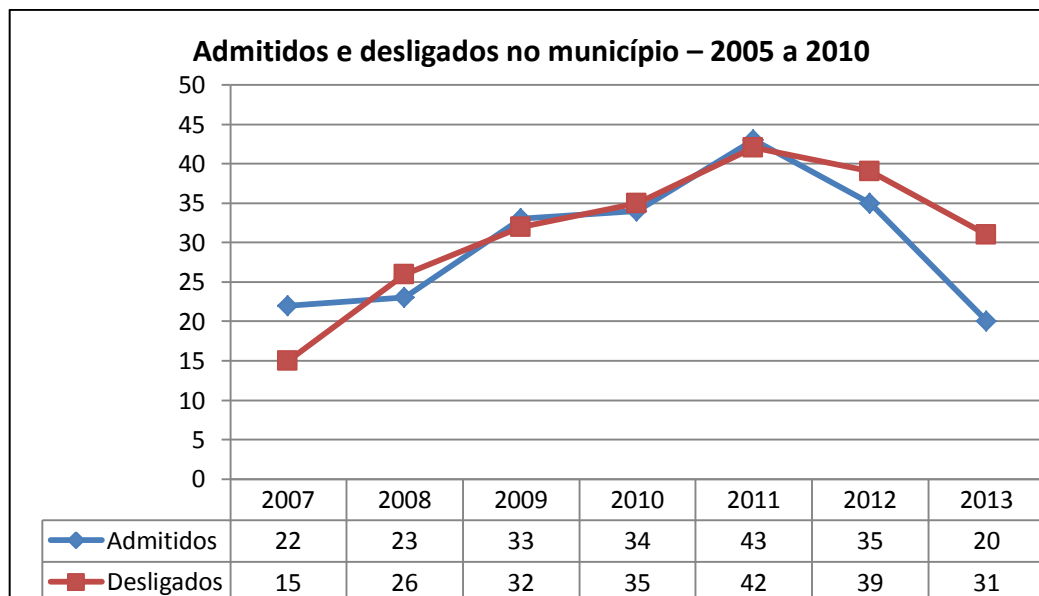
De acordo com o Censo Demográfico de 2010, Serra da Saudade não enfrenta problemas de desemprego, muito pelo contrário, falta mão de obra. Isto se deve ao baixo

número de habitantes e aos serviços oferecidos, muitas vezes mão de obra pesada principalmente trabalhos braçais de campo. Um setor que desenvolveu muito no município foi mão de obra no setor de construção civil, porém, esta é praticamente toda importada de outros municípios. Outro fato que pode contribuir muito para este fenômeno é o fato dos adolescentes não ficarem no município, ou seja, irem em busca de novas oportunidades em outros mercados. Como já vimos em outras demonstrações a população de Serra da Saudade vem envelhecendo, e com isto o número de pessoas com subsídios do governo também é um fato preponderante.



Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010

Aqui estão alguns dados bem interessantes. Comprova-se que a maior empregadora do município é a Prefeitura Municipal, portanto, a população é muito dependente dos serviços públicos. Notamos também um grande número de pessoas que trabalham sem ter a Carteira de Trabalho assinada, o que preocupa muito esta informalidade, na maioria, diaristas do setor agrícola e domésticas. No grupo das pessoas que trabalham por conta própria, temos quase 50% do total que trabalham com Carteira assinada. Já os funcionários estatutários é a soma daqueles com carteira e sem carteira assinada. Preocupa bastante este fato ao vermos que a média salarial destes funcionários é baixa, o que torna vulnerável a economia local. Volta-se para estes dados, a necessidade de implantação de políticas que visem a produção em escala industrial, desafogando os cofres públicos e incentivando novos mercados de trabalho.



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

Gráfico bastante interessante, uma vez que analisamos que as admissões e demissões sobem e descem na mesma proporção, alcançando seu auge em 2011. 2012 e 2013 temos um número de admissões bem menor que as demissões, daí a explicação para o baixo número de desempregados no município. Bate mais uma vez a falta de mão de obra, principalmente a especializada. O preocupante é que no período de 06 seis anos o crescimento de empregabilidade foi muito pequeno e a projeção não é muito animadora no sentido de melhorar a perspectiva.

ADMISTRAÇÃO PÚBLICA

Estrutura

A Prefeitura Municipal de Serra da Saudade, localiza à Praça Ademar ribeiro de Oliveira, 130, Centro, Serra da Saudade – MG. Atualmente a Prefeita é a Senhora Neusa Maria Ribeiro, seu Vice-Prefeito é Waldemar José de Camargos, Demarzinho e estão em seu segundo pleito consecutivo. A Câmara de Vereadores é formada por 09 Vereadores, sendo atual Presidente o Sr. Sebastião Ribeiro da Silva.

A Prefeitura conta com uma ótima estrutura física e humana. É constituída por 03 Secretarias: Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Lazer e Turismo; Secretaria Municipal da Administração Fazendária; Secretaria Municipal de Saúde, Assistência Social e Meio Ambiente. A Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Lazer e Turismo são

subdivididos em Diretorias, sendo que somente a Secretaria de Educação é única. A parte da Educação, cultura, Esportes, Lazer e Turismo, funcionam num prédio exclusivamente para esta funcionalidade, localizado à Praça Ademar Ribeiro de Oliveira 256, Centro, Serra da Saudade. Além disso, possui duas escolas: CEMEI – Menino Jesus, que cuida das crianças de 0 a 5 anos de idade e a Escola Municipal “Luís Machado Filho”, que cuida do Ensino Fundamental, Médio e cursos Superiores e Pós-Graduação. O Transporte Escolar conta com frota própria e 02 veículos terceirizados que atende a toda comunidade rural, arcando inclusive com o transporte dos alunos do estado. As duas escolas, possuem ótimas estruturas físicas e humanas também. Salas amplas, bem arejadas e com profissionais capacitados e formados em suas áreas. É lógico que ainda necessita de reparos e ampliações.

A Secretaria ainda não tem total autonomia para gerir seus recursos, ficando estes a cargo da Administração Municipal.

Na área da Saúde, Meio Ambiente e Assistência Social também tem uma estrutura muito boa. Conta com um Posto de Saúde que atende a toda comunidade com médicos diariamente, Fisioterapeuta, Nutricionista, Dentista, Academia da Saúde, PSF. Os casos que não podem ser solucionados dentro do próprio município são imediatamente encaminhados para outras unidades de saúde competentes. Na Assistência Social, temos o CRAS e o Conselho Tutelar, além do próprio setor de Assistência Social. O Meio Ambiente trabalha em parceria com a Diretoria de Turismo.

Há uma sincronia muito grande entre a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Lazer e Turismo e a Secretaria Municipal de Saúde, Assistência Social e Meio Ambiente.

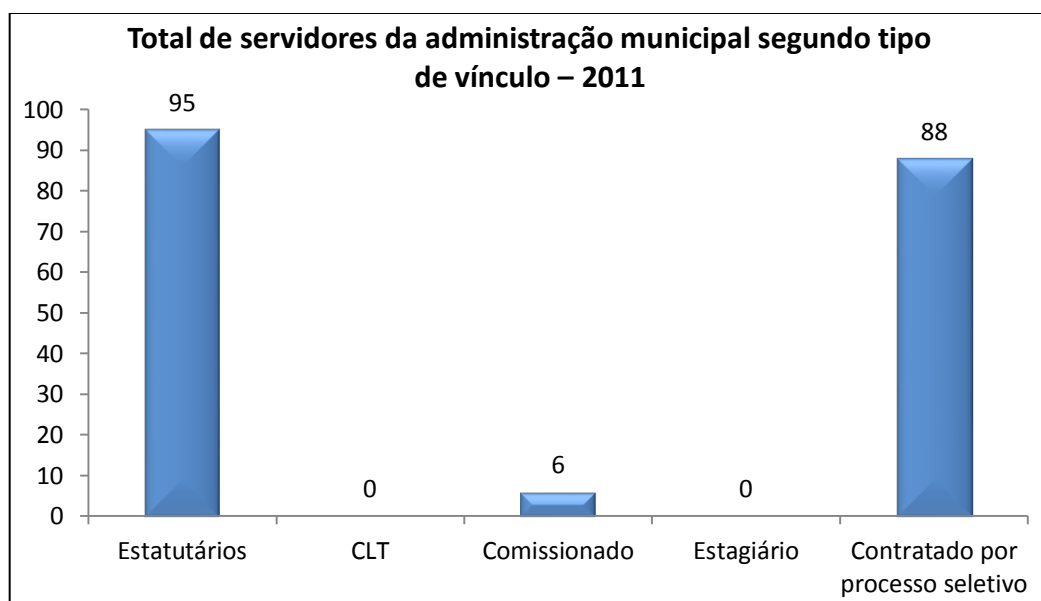
A Secretaria de Administração Fazendária funciona na própria Prefeitura Municipal e comanda os demais setores do município como o Transporte e a parte de Obras que têm seus Chefes de Departamento. Todos os recursos do município, com exceção da área da Saúde, são geridos nesta Secretaria.

A Câmara Municipal tem orçamento próprio, repassado pela Prefeitura Municipal. Portanto é órgão independente e harmônico.

Estrutura Administrativa	
Prefeito(a):	Neusa Maria Ribeiro
Vice-Prefeito	Waldemar José de Camargos

Vereadores	Hélio Batista Ferreira
	Rogério Alves
	José Wilson da Silva Filho
	Geraldo Fidélis Fiúza
	Geraldo Rodrigues de Paulo
	Adilson Aparecido da Silva
	Sirlei de Oliveira
	Sebastião Ribeiro da Silva
	Renato Adriano da Silva
Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Lazer e Turismo	Ivan Hernane de Oliveira
Departamento Municipal de Obras	Sérvulo Gomes de Sales
Chefe de Gabinete e Secretária Municipal de Finanças	Dalva Aparecida Machado Rodrigues
Secretario Municipal de Saúde, Assistência Social e Meio Ambiente	Amarildo Fernandes

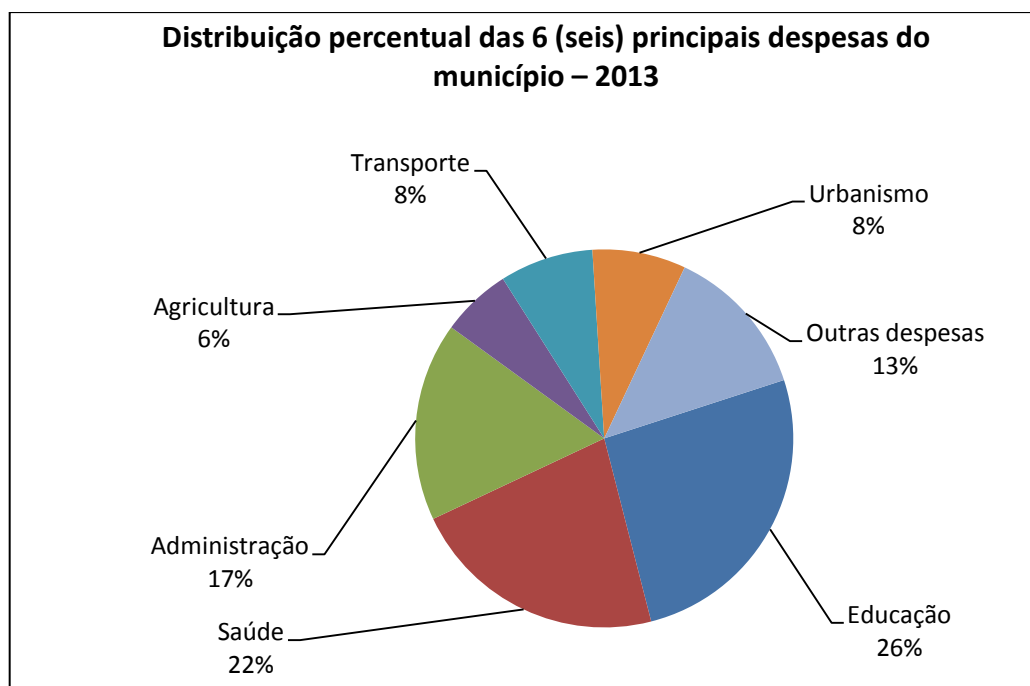
Capacidade Técnica



Fonte: IBGE – Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC) – 2011

Cerca de 25% de toda a população do município são funcionários diretamente ligados à Prefeitura Municipal. Mas o que nos chama a atenção, é o fato dos funcionários estatutários serem praticamente a mesma quantidade dos funcionários contratados por processo seletivo. De todos os funcionários da Administração Municipal, cerca de 45% deste estão diretamente ligados ao setor educacional do município, daí, compreende-se o alto investimento dos cofres públicos na educação. Dos 6 funcionários comissionados, 50% também está no setor educacional.

Finanças



Fonte: Ministério da Fazenda (MF) – Tesouro Nacional

Este gráfico nos mostra detalhadamente os gastos do município nos setores administrativos referentes a 2013, no entanto, em 2014, a Prefeitura Municipal gastou em torno de 32% na educação, sendo que a maior parte foi gasta com Transporte Escolar, Merenda Escolar e remuneração dos profissionais da educação. Porém, podemos observar uma distribuição muito coerente e planejada, uma vez que o município não acumula dívidas com fornecedores e muito menos com funcionários. Podemos notar que os investimentos no município atendem tranquilamente à demanda, estando num patamar bem superior ao estado. No entanto, vemos um gasto bastante alto também no setor da saúde. Se compararmos, veremos que o piso salarial e, por consequência os gastos com saúde são bem superiores à educação, uma vez que o número de funcionários da educação é bem superior à educação.

PLANEJAMENTO

Serra da Saudade, não tem uma Secretaria específica de planejamento. Quem cuida desta pasta é a Secretaria de Finanças. A Secretaria de Saúde tem certa autonomia na execução de seus projetos e de seus gastos, mas também está vinculada à Administração. A Secretaria de Educação, não tem autonomia própria, ficando totalmente dependente da Administração. No entanto os planejamentos são feitos pelas próprias Secretarias.

As compras são solicitadas pelos departamentos específicos que encaminham seus pedidos ao setor de licitações e compras do município.

É um município muito organizado com suas finanças, com credibilidade no mercado e em dia com seus funcionários.

PLANOS DE EDUCAÇÃO

A Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu art.214, que deverá ser elaborado um Plano Nacional de Educação de duração decenal definidor de “diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades”. Como fruto de longa e complexa construção social, foi aprovado o novo Plano Nacional de Educação (2014-2024) por meio da Lei nº 13.005/2014, cujas diretrizes, indicadas no art.2º são:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV - melhoria da qualidade da educação;

V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;

VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

IX - valorização dos (as) profissionais da educação;

X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Como uma das previsões do atual PNE, estabeleceu-se que os Estados e Municípios deverão elaborar ou adequar seus respectivos planos ao PNE no prazo de um ano a contar da publicação do referido PNE (art.8º, da Lei nº 13.005/2014).

No que concerne à esfera estadual, a Constituição Mineira afirma que o Plano Estadual de Educação deve visar à articulação, à integração do poder público e à adaptação ao Plano Nacional. No âmbito da legislação estadual, a lei 19.481/2011 aprovou o Plano de Educação do Estado (PEE) para o decênio 2011-2020, definindo diretrizes para a elaboração dos Planos de Educação dos Municípios. O PEE está atualmente passando por revisão para sua adequação ao PNE.

Já em relação ao âmbito do Município de Serra da Saudade, o Plano Decenal Municipal de Educação 2006/2015, foi construído partindo da realidade do município. Sabemos que todos os municípios estavam ainda em fase de adaptação das novas diretrizes e estratégias da Educação Básica, vindo de uma metodologia bem antiga de trabalho com técnicas na educação que não tinham continuidade pela mudança de governos que insistiam em, muitas vezes, não dar continuidade a processos iniciados em gestões anteriores. Tornava-se necessária a elaboração de um plano que desse consistência a estratégias de médio e longo prazo para o processo de ensino e aprendizagem, de modo a priorizar o alunos como centro de todo o processo. A Lei Municipal 397/2005, de 12 de dezembro de 2005, traçou o perfil do município com todas as suas características. Levantou dados da educação municipal, questionou mecanismos de acompanhamento, avaliação e execução do mesmo, assim como traçou metas coerentes com a realidade apresentada para a época. Muito se fez dentro as propostas elencadas, porém, o financiamento das políticas se deu única e exclusivamente com os recursos do próprio município, sacrificado pelo baixo recolhimento de verbas, insuficientes para sanar todos os problemas.

Das 16 metas traçadas para a educação Infantil e Pré-Escolar, todas foram executadas totalmente ou parcialmente, porém a grande conquista foi realmente a construção do Pro Infância que atende satisfatoriamente a todas as crianças nesta etapa da educação de nosso município. Tendo em seu quadro, funcionários que atendem à Lei de Diretrizes e Bases da Educação, sendo todos os monitores com Nível Superior de Ensino concluído ou em conclusão e uma infraestrutura muito boa, cabe agora aos dirigentes dos próximos 10 anos darem continuidade ao processo para garantir uma educação que realmente atenda a todas as crianças do município.

Já para o Ensino Fundamental, conseguimos, à partir de 2011, erradicar a reprovação e evasão escolar, além de corrigir a distorção idade/série dos alunos da única escola na modalidade específica. Foram construídas 07 Diretrizes, não sendo possível a implantação da jornada de estudos em educação integral, especialmente porque demandava recursos do Governo Federal, o que não foi feito. A parte pedagógica, pode-se dizer que foi atendida em sua totalidade, porém a parte de construção e reforma não foi executada em sua totalidade, faltando o Laboratório de Ciências, a construção de mais salas de aula, a ampliação da biblioteca escolar, dentre outros. Porém, foi notório o crescimento e evolução de toda a escola. Das 22 metas traçadas, 75% das mesmas foram executadas total ou parcialmente e 25% não foram mexidas.

O Ensino Médio continuou como segundo Endereço da Escola Estadual professor Antônio Riberio de Estrela do Indaiá e atende satisfatoriamente à demanda do município. A grande evolução foi realmente no Ensino Superior, onde a Prefeitura buscou parcerias com Universidades de Ensino à Distância e implantou vários cursos, trazendo capacitação e formação para os profissionais do município além de manter também cursos em nível de Pós-Graduação, não só para os profissionais em efetivo exercício, mas para a comunidade em geral.

A Educação de Jovens e Adultos sanou em mais de 80% o problema de analfabetos ou analfabetos funcionais do município.

Outra grande conquista foi o sistema de recuperação da aprendizagem dos alunos, que, com apoio individual, recupera crianças em tempo bem inferior ao necessário.

A educação especial, não é um problema em nosso município, uma vez que não há praticamente demanda para este tipo de educação. Porém o município também investiu na preparação de funcionários para receber eventualmente alunos com qualquer necessidade especial.

A Educação Tecnológica e Formação profissional, como nos demais municípios ainda não foi possível sua implantação e, o município procura parcerias com instituições para trazer cursos em nível técnico para os jovens do município.

Quanto à valorização do magistério, a Secretaria Municipal de Educação implantou seu Plano de Cargos, Carreira e Remuneração através da lei 457/2010, porém ainda não foi

possível ampliar a carga horária para 40 horas semanais, estando hoje em 29 horas, uma vez que a complementação da União não chega até Minas Gerais.

Nos demais campos muito evoluíram com mecanismos que dão suporte aos órgãos públicos que cuidam da educação em nível municipal.

Parcerias foram efetivadas no sentido de valorizar a economia local e ao mesmo tempo atender satisfatoriamente aos alunos da Rede Municipal de Ensino.

EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO

HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO

A Escola Municipal “Luís Machado Filho”, antiga Escola Estadual de Serra da Saudade hoje, municipalizada, está localizada na cidade de Serra da Saudade, à Rua Luiz Machado, nº 100.

A referida escola foi criada pelo Decreto Nº 1.001 de Janeiro de 1.948, assinado pelo Prefeito Municipal de Dores do Indaiá, Dr. Gustavo Drumont Tostes, entrando em vigor em 1º de Janeiro de 1.948.

Na época, Serra da Saudade chamava-se “Comendador Viana” e era distrito de Dores do Indaiá.

As primeiras professoras foram:

Sr.^a. Francisca Terezinha Alves, Sr.^a. Maria José Camargos, e Sr.^a. Maria Diná Coelho.

Em 1.961, a escola denominava-se: “Escola Isolada de Comendador Viana”.

A Inspetora Escolar era Maria das Graças Guimarães Corrêa.

Além das professoras já citadas, entraram a Sr.^a. Léia Maria de Araújo, Jaurita Maria da Silva, Maria das Dores Ribeiro e Maria Terezinha de Faria.

A professora Maria das Dores Ribeiro responsabilizava-se pela coordenação a escola.

O ensino ministrado era de 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental.

- Em 1.962, Maria Luiza Costa, esta, professora era coordenadora da escola.

A escola passou a chamar-se “Escolas Combinadas de Comendador Viana”, município de Dores do Indaiá.

Em 1.963, acrescentaram-se ao quadro de professoras a Sr.^a. Maria das Vitórias Caetano de Barros.

O distrito “Comendador Viana” passou a ser cidade aos 1º de março de 1.963.

Em 1º de março de 1.963, a escola passou a chamar-se “Escolas Combinadas de Serra da Saudade”.

Em 1.964 a escola funcionava em três turnos. À noite ministrava-se o Ensino Supletivo.

As matérias ministradas eram: Estudos Sociais, Ciências e Higiene, Legislação Trabalhista, Linguagem e Aritmética.

Às 19 horas do dia de 18/02/1. 972, no salão da Câmara Municipal de Serra da Saudade, realizou-se uma reunião cuja finalidade era o conhecimento, organização e fundação da Comissão Municipal do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) em nossa cidade.

Estava presentes o Prefeito Municipal, Sr. Deusdede Ribeiro de Almeida, várias professoras e outras pessoas.

Este tipo de ensino foi destinado a alunos de 12 a 35 anos.

Aos 6(seis) dias do mês de outubro de 1.972, o Sr. prefeito convocou o Sr. João Antônio Guimarães, “Agente do Correio Local”, para tomar posse no cargo de presidente do MOBRAL desta cidade.

Em 1.974, a escola passou a chamar-se Escola Estadual de Serra da Saudade e a responsável no início do ano foi a Sr.^a. Veneranda Antunes da Silva e no final do ano a responsável foi a Sr.^a. Francisca Terezinha Alves que prosseguiu por vários anos.

Em 1.975, foram 180 dias letivos.

A frequência dos alunos era apurada em porcentagem.

Conteúdos ministrados:

- L.P – Comunicação em Língua Portuguesa
- E.A – Educação Artística
- E.F – Educação Física
- L.E – Linguagem Escrita
- G – Geografia
- H – História
- M.C – Moral e Cívica, OSPB, Educação Tributária e Educação para o trânsito
- MAT – Matemática
- CIÊN – Ciências
- REL – Religião

Em 1.984 a escola passou a chamar-se Escola Estadual José Domingos Camargos, em homenagem ao Sr. José Domingos Camargos, que cedeu o terreno para sua construção.

De 1.984 a 1.995 foi ministrado o Pré-Escolar Estadual, sendo, após, assumido pela prefeitura.

Em 1.986, foi autorizado o funcionamento de 5ª a 8ª série, nesta escola. A 5ª série A tinha 36 alunos e a 5ª série B tinha 37 alunos.

A diretora era Maria Diná Camargos que permaneceu por muitos anos até a municipalização da escola.

Conforme Portaria 1.327/96 publicada no MG de 14 de Dezembro de 1.997, pág.17, Col. 4, foi autorizada a mudança da Escola Estadual José Domingos Camargos, da Rua Geraldo José de Camargos nº 28 para o novo prédio localizado à Rua Luiz Machado nº 100, neste município de Serra da Saudade.

Em publicação no “Minas Gerais” de 16/12/1.997, pág. 3, Col. 1, a escola foi municipalizada conforme Resolução nº 8.138/97 da S.E.E, ministrado Ensino Fundamental de 1ª a 8ª série do 1º Grau, conforme Lei Municipal nº 326 de 27/06/1.997. A diretora passou a ser a Sr.ª Wélida Rodrigues Coêlho Mendonça.

Em 1.998 foi então criado o Ensino Médio, 1º Ano Básico e o 2º ano de Magistério.

Foi também criado o 1º Período do 2º Ciclo, Projeto “Acertando o Passo”.

De acordo com a Portaria nº 243/2.000, publicada no MG. de 09.03.2000, pág. 2, Col. 14, considerando o parecer C.E.E. Nº 95 de 15/02/2000 ficaram reconhecidos o Ensino Médio e a Habilitação Profissional de Magistério, de Ensino Fundamental (Professor de 1ª a 4ª série) na “Escola Municipal Luís Machado Filho”.

Em 2000, deu-se início ao projeto “A Caminho da Cidadania”, destinado a alunos do 2º grau em fase defasada.

Atualmente, o Secretário da Educação é o Sr. Ivan Hernane de Oliveira, a diretoria é Sr.ª. Izabel Cristina Gomes.

Desde 2.005, o município oferece o Ensino Fundamental de 9 anos, a Educação Infantil, a Educação de Jovens e Adultos, o Ensino Médio como 2º endereço da Escola Estadual Professor Antônio Ribeiro de Estrela do Indaiá, cursos de Graduação à Distância na área educacional e financeira e cursos de Pós-Graduação também à Distância.

A educação em nível de município hoje está muito bem estruturada, com duas escolas, sendo uma de Educação Infantil e Pré-Escolar e outra para as demais modalidades de ensino aqui citadas.

A nova sede do CEMEI Menino Jesus, foi inaugurada em 2013 e atende crianças na modalidade com muito conforto, carinho e uma educação de qualidade.

No município não existem APAEs, escolas privadas ou filantrópicas, faculdades ou universidades presenciais, portanto a educação é oferecida através das únicas duas escolas aqui citadas.

Maria Diná Camargos

ESCOLAS LOCAIS:

- Escola Estadual Professora Antônio Ribeiro - 2º ENDEREÇO
- Escola Municipal “Luís Machado Filho”
- CMEI - Menino Jesus.



Fachada frontal do CEMEI Menino Jesus



Crianças do CEMEI, desenvolvendo projeto de alimentação saudável com as Nutricionistas e funcionários.



Brincando e aprendendo no CEMEI Menino Jesus



Diversão e alegria para a criançada do CEMEI Menino Jesus.



Aprendendo com alegria na E.M.L.M.F.



Aprendendo através de projetos.



Pátio Central da E.M.L.M.F.

FACHADA PRINCIPAL DA ESCOLA MUNICIPAL
"LUÍS MACHADO FILHO".

CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL – CEMEI MENINO JESUS		
Descrição	Espaço Físico (m ²)	Nº. de Dependências
Sala de aula	33,70 m ²	5
Biblioteca	NÃO POSSUI	0
Secretaria	NÃO POSSUI	0
Diretoria	16,3 m ²	1
Sala dos Professores	16 m ²	1
Sala de Espera	NÃO POSSUI	0
Cozinha	33,5 m ²	1
Dispensa	5,15 m ²	1
Galpão	125,78 m ²	1
Almoxarifado	5,75 m ²	1
Inst. Sanitários Femininos	14,37 m ²	2
Inst. Sanitários masculinos	14,37 m ²	2
Int. Sanitários Professores	14,37 m ²	1
Depósito de Limpeza	2,71 m ²	1
Sala de Laboratório	NÃO POSSUI	0
Sala de Recursos	NÃO POSSUI	0
Refeitório	39,97 m ²	1

ESCOLA MUNICIPAL "LUÍS MACHADO FILHO"		
Descrição	Espaço Físico (m ²)	Nº. de Dependências
Sala de aula	56,32 m ²	8
Biblioteca	61,71 m ²	1
Secretaria	10,65 m ²	1
Diretoria	10,65 m ²	1
Sala dos Professores	25 m ²	1
Sala de Espera	NÃO POSSUI	0
Cozinha	23,05 m ²	1
Dispensa	7,14 m ²	1

Galpão	213,52 m ²	1
Almoxarifado	61,71 m ²	1
Inst. Sanitários Femininos	14,60 m ²	2
Inst. Sanitários masculinos	14,60 m ²	2
Int. Sanitários Professores	2,25 m ²	2
Depósito de Limpeza	7,14 m ²	1
Sala de Laboratório	21,44 m ²	1
Sala de Recursos	NÃO POSSUI	0
Refeitório	12,24 m ²	1

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES, LAZER E TURISMO.		
Descrição	Espaço Físico (m ²)	Nº. de Dependências
Sec. de Educação	19,84 m ²	1
Departamento de Cultura	14,62 m ²	1
Departamento de Turismo, Esportes e Lazer	9,68 m ²	1
Telecentro	34,5 m ²	1
Sala de Projeção	53,5 m ²	1
Sala de Espera	86,00 m ²	1
Cozinha	8,25 m ²	1
Biblioteca	22,8 m ²	1
Salão de Eventos	86 m ²	1
Almoxarifado	50 m ²	1
Inst. Sanitários Femininos	12,20 m ²	1
Inst. Sanitários masculinos	12,20 m ²	1

DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO

Diagnóstico da educação no município

Evolução de Matrículas de SERRA DA SAUDADE nos últimos 5 anos														
2010	Anos Iniciais – Ensino Fundamental					Anos Finais- Ensino Fundamental					Ensino Médio			
	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	6º Ano	7º Ano	8º Ano	9º Ano	1º Ano	2º Ano	3º Ano	EJA Médio 1º Período	
	16	19	16	13	25	14	12	13	17	14	12	7	10	
2011	Anos Iniciais – Ensino Fundamental					Anos Finais- Ensino Fundamental					Ensino Médio			
	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	6º Ano	7º Ano	8º Ano	9º Ano	1º Ano	2º Ano	3º Ano	EJA Médio 2º Período	EJA Médio 3º Período
	13	18	21	16	16	24	14	14	11	16	13	10	5	5
2012	Anos Iniciais – Ensino Fundamental					Anos Finais- Ensino Fundamental					Ensino Médio			

	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	6º Ano	7º Ano	8º Ano	9º Ano	1º Ano	2º Ano	3º Ano	EJA Médio 1º Período	
	13	10	16	18	19	17	24	10	14	13	14	7	9	
2013	Anos Iniciais – Ensino Fundamental					Anos Finais- Ensino Fundamental				Ensino Médio				
	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	6º Ano	7º Ano	8º Ano	9º Ano	1º Ano	2º Ano	3º Ano	EJA Médio 2º Período	EJA Médio 3º Período
	14	10	9	15	18	17	15	20	11	13	11	9	13	13
2014	Anos Iniciais – Ensino Fundamental					Anos Finais- Ensino Fundamental				Ensino Médio				
	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	6º Ano	7º Ano	8º Ano	9º Ano	1º Ano	2º Ano	3º Ano	EJA Médio	
	10	13	8	11	14	19	13	13	21	11	10	7	0	

Fonte: Bancos de Dados da Escola Municipal Luís Machado Filho

O quadro acima mostra que o número de alunos de 2010 até 2014, vem mantendo estável, não havendo aumento nem decréscimo considerável. Com a eliminação total da repetência e evasão, a distorção idade/série, também foi fator importante para que não houvesse acúmulo de estudantes repetindo desnecessariamente uma mesma série/ano por várias vezes seguidas.

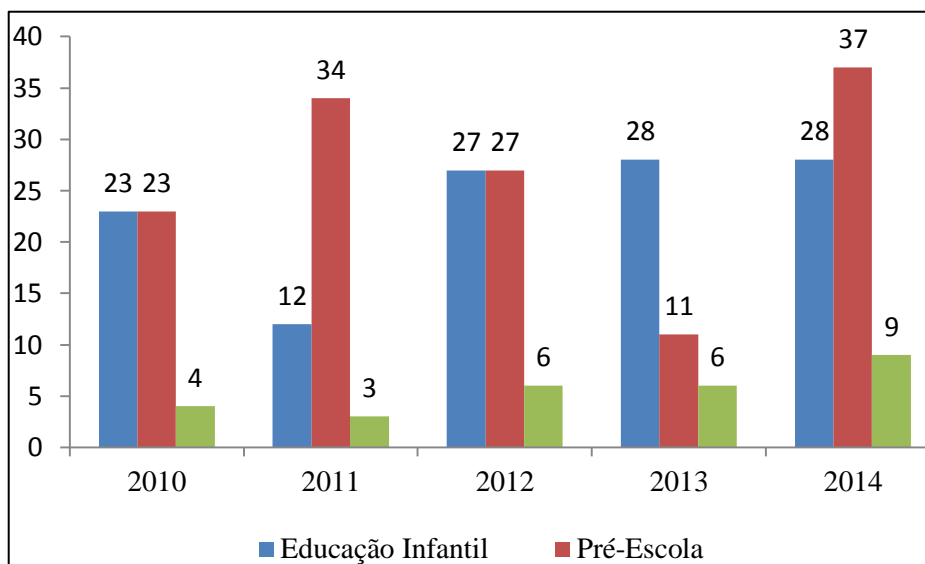
A demanda é plenamente atendida, sobrando vagas todos os anos para os estudantes do município. No entanto com o planejamento familiar, a tendência é com o passar dos anos, caso não haja um crescimento de impacto no município, é que as salas fiquem cada vez mais vazias, diminuindo consideravelmente o número de alunos.

Por outro lado, o baixo número de alunos tem como vantagem a possibilidade de se fazer um trabalho quase que individualizados com os alunos, e o lado negativo é a forma utilizado pelo MEC para avaliação dos município quanto ao número de alunos em cada turma, tirando a possibilidade de aferição da qualidade de ensino ofertada no município.

Evolução Educação Infantil					
	O a 2 Ano	3 Anos	4 Anos	5 Anos	Nascimentos
2010	12	11	12	11	4
2011	7	5	15	9	3
2012	13	14	10	17	6
2013	11	17	6	5	6

2014	18	10	15	12	9
------	----	----	----	----	---

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Serra da Saudade



Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Serra da Saudade

Analisando os números de alunos na Educação Infantil X Nascimentos nos últimos 05 (cinco) anos, podemos verificar que praticamente não há um crescimento populacional, com isto, a não necessidade de ampliação de prédio para atendimento às crianças.

Se analisarmos os números de nascidos e o número de pessoas que deixam o município, estes estão muito próximos um do outro, o que nos diz que não há perspectiva de aumento populacional, assim como também não há previsão de decréscimo da população.

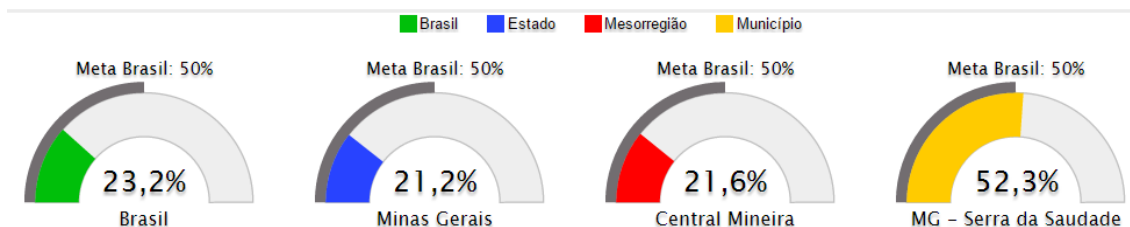
Na educação Infantil, trabalha-se com dignidade e todas as crianças são tratadas como filhos para os funcionários que lá estão que nunca estão sobrecarregados de crianças.

A demanda é plenamente atendida, havendo a possibilidade de recebimento de um número maior de crianças. Podemos dizer que no município, só não está matriculado na Educação Infantil e Pré-Escolar, os alunos que os pais realmente não têm interesse, pois, como todo pequeno município, sabe-se exatamente quem, onde e quando nasceu cada criança e, com um trabalho conjunto é possível fazer um monitoramento e a inserção dessas crianças na rede de ensino adequadamente.

Garantia do Direito à Educação Básica com Qualidade

Educação Infantil

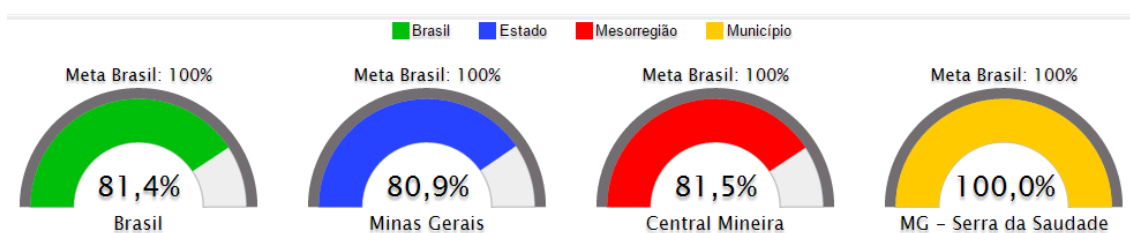
Percentual da população de 0 a 3 anos que frequenta a escolas



Fonte: Estado e Brasil – IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013
Município e Mesorregião – IBGE/Censo Populacional – 2010

Apesar do gráfico do IBGE mostrar uma Meta Brasil de 50 e estarmos com 52%, esta não reflete a nossa realidade de hoje, porém os dados de 2010 nos mostra como evoluímos para os dias atuais. Como município pequeno, onde conhecemos todas as pessoas, temos conhecimento de cada criança que nasce e reside aqui, podemos afirmar que hoje, mais de 85% das crianças nesta idade estão em nossa escola, mesmo porque há um processo de reconhecimento de todas as crianças, tanto pela Secretaria Municipal de Saúde, como pela secretaria de Educação. Nossa meta é alcanças o mais próximo possível dos 100%. Sabemos que é difícil, principalmente pela falta de conhecimento dos pais, porém, o município tem condições e estrutura para tender 100%.

Percentual da população de 4 e 5 anos que frequenta a escola



Fonte: Estado e Brasil – IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013
Município e Mesorregião – IBGE/Censo Populacional – 2010

Com um trabalho entre Assistência Social, Secretaria de Saúde e um programa muito bem executado de conscientização da população, Serra da Saudade consolida o atendimento para crianças de 4 e 5 anos. Além de ótima estrutura física do prédio da escola, profissionais com formação adequada ajuda a manter a credibilidade do ensino na modalidade. A meta agora é manter e aumentar ainda mais a qualidade de ensino.

METAS E ESTRATÉGIAS

META 01 – Educação Infantil Universalizada até 2016 com atendimento mínimo de 95% das crianças até 03 anos.

ESTRATÉGIAS

1.1. Definir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, metas de expansão das respectivas redes públicas de educação infantil segundo padrão nacional de qualidade, considerando as peculiaridades locais;

1.2. Garantir que, ao final da vigência deste PNE, seja inferior a 10% (dez por cento) a diferença entre as taxas de frequência à educação infantil das crianças de até 3 (três) anos oriundas do quinto de renda familiar per capita mais elevado e as do quinto de renda familiar per capita mais baixo;

1.3. Realizar, periodicamente, em regime de colaboração, levantamento da demanda por creche para a população de até 3 (três) anos, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta;

1.5. Manter e ampliar, em regime de colaboração e respeitadas as normas de acessibilidade, programa nacional de construção e reestruturação de escolas, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas de educação infantil;

1.6. Implantar, até o segundo ano de vigência deste PNE, avaliação da educação infantil, a ser realizada a cada 2 (dois) anos, com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes;

1.7. Promover a formação inicial e continuada dos (as) profissionais da educação infantil, garantindo, progressivamente, o atendimento por profissionais com formação superior;

1.8. Priorizar o acesso à educação infantil e fomentar a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar aos (às) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando a

educação bilíngue para crianças surdas e a transversalidade da educação especial nessa etapa da educação básica;

1.9. Implementar, em caráter complementar, programas de orientação e apoio às famílias, por meio da articulação das áreas de educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de até 3 (três) anos de idade;

1.10. Preservar as especificidades da educação infantil na organização das redes escolares, garantindo o atendimento da criança de 0 (zero) a 5 (cinco) anos em estabelecimentos que atendam a parâmetros nacionais de qualidade, e a articulação com a etapa escolar seguinte, visando ao ingresso do (a) aluno (a) de 6 (seis) anos de idade no ensino fundamental;

1.11. Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na educação infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância;

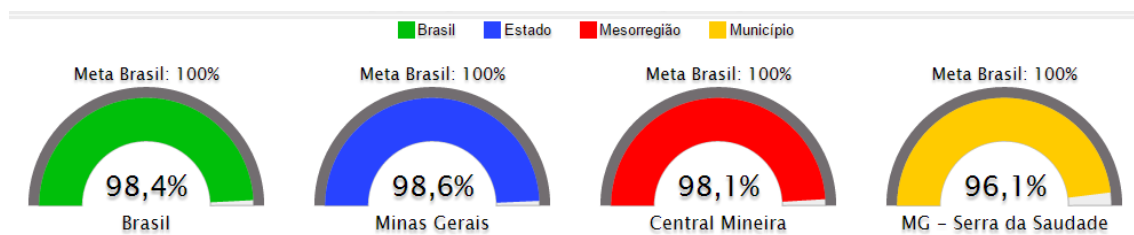
1.12. Promover a busca ativa de crianças em idade correspondente à educação infantil, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até 3 (três) anos;

1.13. O Distrito Federal e os Municípios, com a colaboração da União e dos Estados, realizarão e publicarão, a cada ano, levantamento da demanda manifesta por educação infantil em creches e pré-escolas, como forma de planejar e verificar o atendimento;

1.14. Estimular o acesso à educação infantil em educação integral, para todas as crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

Ensino Fundamental

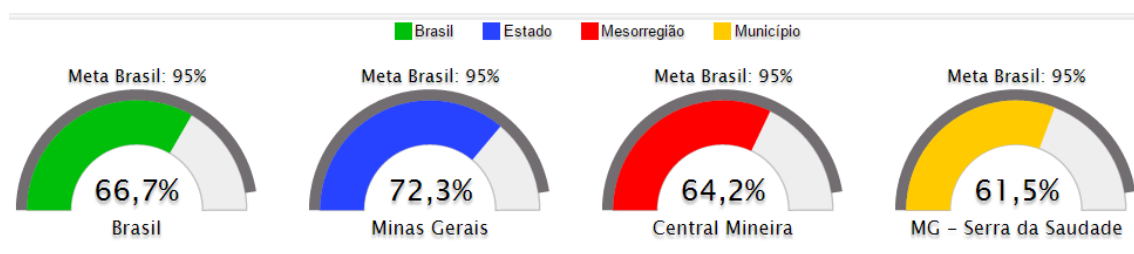
Percentual da população de 6 a 14 anos que frequenta a escola



Fonte: Estado e Brasil – IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013
Município e Mesorregião – IBGE/Censo Populacional – 2010

Este nos parece um dado muito positivo. Apesar de estarmos abaixo dos percentuais do Brasil e de Minas Gerais, sabemos que atingir 100% é praticamente impossível. E conhecendo a realidade de nosso município, apesar dos números não dizerem isto, acho que estamos com uma taxa bem maior que o estado e a União, uma vez que o baixo número de pessoas, faz com que uma ou duas crianças fora da escola deixe nossos números da forma que estão. A rotatividade de moradores da zona rural também trabalham contra para que possamos chegar aos 100%, uma vez que estas pessoas, muitas vezes nem chegam ao conhecimento dos órgãos competentes para tomarem as devidas providências no sentido de levar estes jovens para a escola.

Percentual de pessoas de 16 anos com pelo menos o ensino fundamental concluído



Fonte: Estado e Brasil – IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013
Município e Mesorregião – IBGE/Censo Populacional – 2010

Mantemos um programa de controle de matrícula e frequência que nos permite acompanhar passo a passo toda a vida de nossos jovens. Até meados de 2010, tínhamos um grande número de jovens com distorção idade série. Isto é verdade. Porém este índice apontado aí é muito alto. Se fizermos um novo levantamento hoje, com certeza este índice subiria tranquilamente para, no mínimo 90%. Isto nos permite dizer que os programas implantados pelo município após 2010 foram de uma eficiência muito grande.

Taxa de Distorção Idade-série por rede – Anos Iniciais do Ensino Fundamental

Ano	Todas das Redes	Pública
2006	27,9	27,9
2007	22,8	22,8
2008	36,1	36,1
2009	21,4	21,4
2010	35,2	35,2

Fonte: MEC/Inep/DEED/CSI

O ano de 2010, podemos considerar que realmente foi ano em que tivemos que repensar toda a educação do município, uma vez que os índices de reprovação e por consequência de evasão eram muito grandes. Porém, esta distorção foi se acumulando ao longo dos anos com políticas mal sucedidas pelos governos que inventavam fórmulas mágicas que não davam certo e eram deixadas pelo caminho. À partir de 2010, novas estratégias, novos métodos de ensino foram implantados no município, e com um sistema muito bem sucedido de recuperação destes alunos, com programas de aceleração da aprendizagem, hoje o município pode considerar que a distorção idade série ainda se dá em níveis mais avançados da aprendizagem, à partir do Ensino Médio. Estamos hoje com uma proporção menor que 10% dos alunos segundo pesquisas nos livros de registros de matrículas das escolas municipais.

META 02 – Manter o Ensino Fundamental de 09 anos, garantindo o acesso de 95% da demanda e a conclusão na idade até 2024.

ESTRATÉGIAS

2.1. Pactuar entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, no âmbito da instância permanente de que trata o § 5º do art. 7º desta Lei, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino fundamental;

2.2. Manter mecanismos para o acompanhamento individualizado dos (as) alunos (as) do ensino fundamental;

2.3. Desenvolver tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, a organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades.

2.4. Promover a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude;

2.5. Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências na escola, visando ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos (as) alunos (as), em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude;

2.6. Promover a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude;

2.7. Desenvolver tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, a organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades da educação especial.

2.8. Promover a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude;

2.9. Desenvolver tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, a organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades da educação especial

2.10. Disciplinar, no âmbito dos sistemas de ensino, a organização flexível do trabalho pedagógico, incluindo adequação do calendário escolar de acordo com a realidade local, a identidade cultural e as condições climáticas da região;

2.11. Promover a relação das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos (as) alunos (as) dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural;

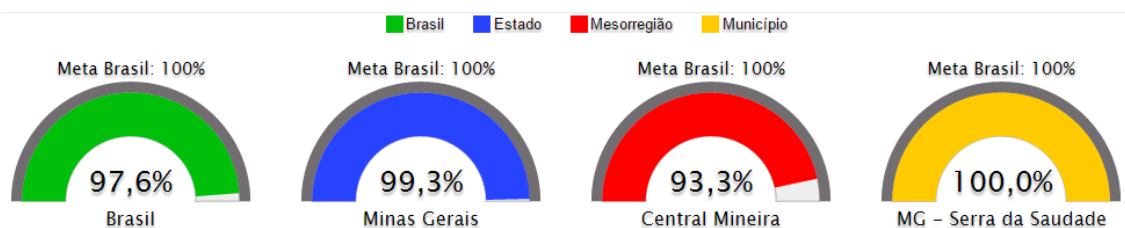
2.12. Incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias;

2.13. Oferecer atividades extracurriculares de incentivo aos (às) estudantes e de estímulo a habilidades, inclusive mediante certames e concursos nacionais;

2.14. Promover atividades de desenvolvimento e estímulo a habilidades esportivas nas escolas, interligadas a um plano de disseminação do desporto educacional e de desenvolvimento esportivo nacional.

ALFABETIZAÇÃO

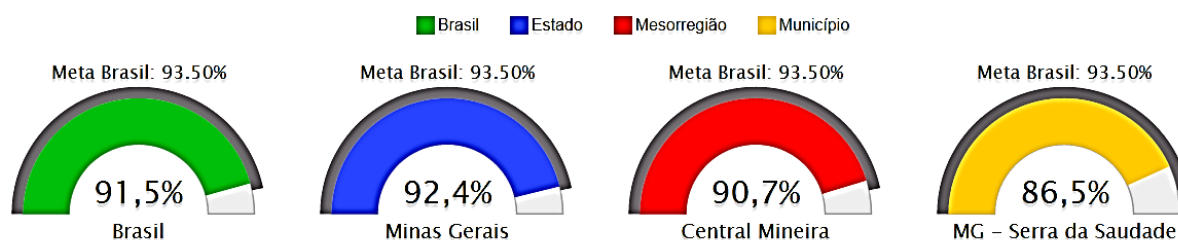
Taxa de alfabetização de crianças que concluíram o 3º ano do ensino fundamental



Fonte: Estado e Brasil – IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013
Município e Mesorregião – IBGE/Censo Populacional – 2010

Realmente estes 100% de aproveitamento não é tarefa fácil, mais uma vez ressaltando o baixo número de alunos e por consequência o declive da porcentagem em virtude de um ou dois alunos. Porém, o sistema e acompanhamento de avaliações periódicas, além de uma política de recuperação eficiente, faz com que os alunos, ao término do primeiro Ciclo de alfabetização já dominem as noções básicas de leitura e interpretação e as quatro operações. Sem dúvida a meta e o compromisso é manter este percentual.

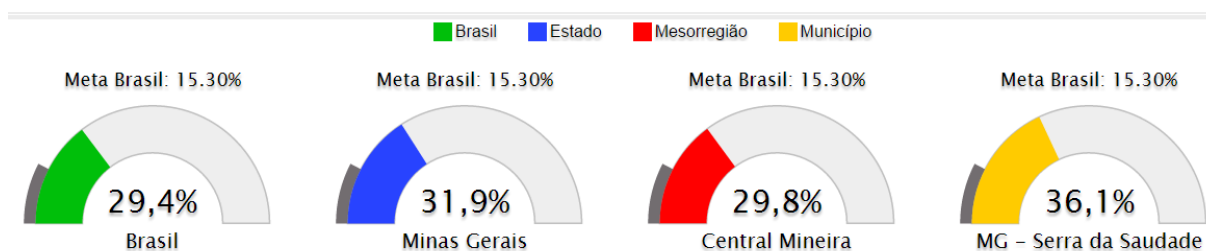
Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade



Fonte: Estado e Brasil – IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013
Município e Mesorregião – IBGE/Censo Populacional – 2010

Muito próximo de alcançar a meta Brasil e por consequência ultrapassar uma vez que os números estão bem próximos. Vale ressaltar mais uma vez que o baixo número de alunos é um fator preponderante a nosso desfavor. Temos que ser excelência em tudo para mantermos este alto índice.

Taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais de idade



Fonte: Estado e Brasil – IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013
Município e Mesorregião – IBGE/Censo Populacional – 2010

Ao considerarmos o envelhecimento de nossa população, é sabido que a taxa de analfabetos funcionais seria um pouco maior do que a normalidade. As dificuldades de acesso às escolas em anos anteriores, infelizmente contribuiu para que hoje tivéssemos esta taxa. Se compararmos nossa população acima de 40 anos, podemos ver que estes números são bem próximos. Apesar de vários programas e incentivos para retomada dos estudos, inclusive incentivo financeiro para funcionários efetivos da Prefeitura Municipal, infelizmente não conseguimos alcançar a todos, principalmente o pessoal da zona rural, porém, se considerarmos a população ativa até os 40 anos de idade, podemos dizer que este índice está bem próximo de 0 (Zero). Esta população que se enquadra aí, infelizmente por mais que nos esforcemos não conseguiremos atingir, principalmente à cultura do povo.

META 05 – Alfabetizar todas as crianças, no máximo até o final do 3º ano do Ensino Fundamental.

ESTRATÉGIAS

4.1. Estruturar os processos pedagógicos de alfabetização, nos anos iniciais do ensino fundamental, articulando-os com as estratégias desenvolvidas na pré-escola, com qualificação e valorização dos (as) professores (as) alfabetizadores e com apoio pedagógico específico, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças;

4.2. Instituir instrumentos de avaliação nacional periódicos e específicos para aferir a alfabetização das crianças, aplicados a cada ano, bem como estimular os sistemas de ensino e as escolas a criarem os respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos os alunos e alunas até o final do terceiro ano do ensino fundamental;

4.3. Selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para a alfabetização de crianças, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas, devendo ser disponibilizadas, preferencialmente, como recursos educacionais abertos;

4.4. Fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos (as) alunos (as), consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade;

4.5. Apoiar a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal.

4.6. Promover e estimular a formação inicial e continuada de professores (as) para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, estimulando a articulação entre programas de pós-graduação stricto sensu e ações de formação continuada de professores (as) para a alfabetização;

META 07 – Aprendizado adequado na idade certa Fomentar a qualidade da Educação Básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir e/ou ultrapassar as médias nacionais estipuladas para o IDEB.

ESTRATÉGIAS

Serra da Saúde	Ideb Observado			Metas Projetadas							
	Ano	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019
Fundamental anos iniciais	*	7,8	*	*	4,8	5,1	5,3	5,6	5,9	6,1	6,3
Fundamental anos finais	*	*	*	*	4,1	4,3	4,6	5,0	5,2	5,5	5,7

* Não executou a avaliação neste(s) ano(s) no município.

<http://ideb.inep.gov.br/resultado/>

7.1 Assegurar que:

a) no quinto ano de vigência deste PNE, pelo menos 70% (setenta por cento) dos (as) alunos (as) do ensino fundamental e do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 50% (cinquenta por cento), pelo menos, o nível desejável; Ver tópico

b) no último ano de vigência deste PNE, todos os (as) estudantes do ensino fundamental e do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 80% (oitenta por cento), pelo menos, o nível desejável;

7.2 Constituir, em colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, um conjunto nacional de indicadores de avaliação institucional com base no perfil do alunado e do corpo de profissionais da educação, nas condições de infraestrutura das escolas, nos recursos pedagógicos disponíveis, nas características da gestão e em outras dimensões relevantes, considerando as especificidades das modalidades de ensino;

7.3 Induzir processo contínuo de auto avaliação das escolas de educação básica, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos (as) profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática;

7.4 Formalizar e executar os planos de ações articuladas dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e professoras e profissionais de serviços e apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar;

7.5 Fixar, acompanhar e divulgar bienalmente os resultados pedagógicos dos indicadores do sistema nacional de avaliação da educação básica e do IDEB, relativos às escolas, às redes públicas de educação básica e aos sistemas de ensino da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, assegurando a contextualização desses resultados, com relação a indicadores sociais relevantes, como os de nível socioeconômico das famílias dos (as) alunos (as), e a transparência e o acesso público às informações técnicas de concepção e operação do sistema de avaliação;

7.6 Garantir transporte gratuito para todos (as) os (as) estudantes da educação do campo na faixa etária da educação escolar obrigatória, mediante renovação e padronização integral da frota de veículos, de acordo com especificações definidas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO, e financiamento compartilhado, com participação da União proporcional às necessidades dos entes federados, visando a reduzir a evasão escolar e o tempo médio de deslocamento a partir de cada situação local;

7.7 Universalizar, até o quinto ano de vigência deste PNE, o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e triplicar, até o final da década, a relação computador/aluno (a) nas escolas da rede pública de educação básica, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação;

7.8 Ampliar programas e aprofundar ações de atendimento ao (à) aluno (a), em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

7.9 Garantir o acesso dos alunos a espaços para a prática esportiva, a bens culturais e artísticos e a equipamentos e laboratórios de ciências e, em cada edifício escolar, garantir a acessibilidade às pessoas com deficiência;

7.10 Institucionalizar e manter, em regime de colaboração com a União e o estado, programa municipal de reestruturação e aquisição de equipamentos para escolas públicas, visando à equalização regional das oportunidades educacionais;

7.11 Prover em parceria com a União e o estado, equipamentos e recursos tecnológicos digitais para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas da educação básica, criando, inclusive, mecanismos para implementação das

condições necessárias para a universalização das bibliotecas nas instituições educacionais, com acesso a redes digitais de computadores, inclusive a internet;

7.12 Informatizar, em cooperação com a União e o estado, integralmente a gestão das escolas públicas e das secretarias de educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como manter programa nacional de formação inicial e continuada para o pessoal técnico das secretarias de educação;

7.13 Garantir políticas de combate à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade;

7.14 Implementar políticas de inclusão e permanência na escola para adolescentes e jovens que se encontram em regime de liberdade assistida e em situação de rua, assegurando os princípios da Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente;

7.15 Garantir nos currículos escolares conteúdos sobre a história e as culturas afro-brasileira e indígenas e implementar ações educacionais, nos termos das Leis nos 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e 11.645, de 10 de março de 2008, assegurando-se a implementação das respectivas diretrizes curriculares nacionais, por meio de ações colaborativas com fóruns de educação para a diversidade étnico-racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e a sociedade civil;

7.16 Mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, articulando a educação formal com experiências de educação popular e cidadã, com os propósitos de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais;

7.17 Promover a articulação dos programas da área da educação, de âmbito local e nacional, com os de outras áreas, como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte e cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional;

7.18 Universalizar, mediante articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação, o atendimento aos (às) estudantes da rede escolar pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde;

7.19 Estabelecer ações efetivas especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e à integridade física, mental e emocional dos (das) profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional;

7.20 Fortalecer, com a colaboração técnica e financeira da União, em articulação com o sistema nacional de avaliação, os sistemas estaduais de avaliação da educação básica, com participação, por adesão, das redes municipais de ensino, para orientar as políticas públicas e as práticas pedagógicas, com o fornecimento das informações às escolas e à sociedade;

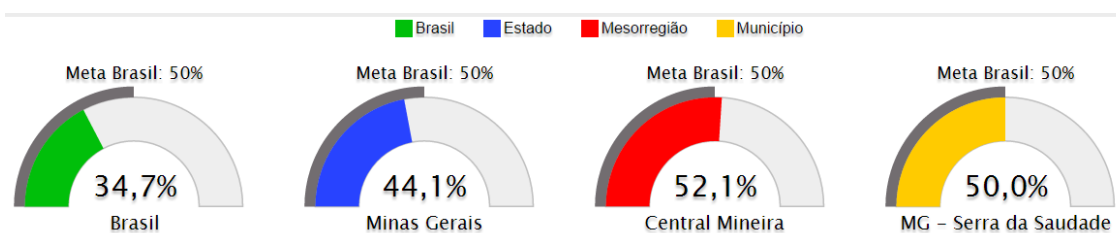
7.21 Promover, com especial ênfase, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e leitoras e a capacitação de professores e professoras, bibliotecários e bibliotecárias e agentes da comunidade para atuar como mediadores e mediadoras da leitura, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem;

7.22 Instituir, em articulação com os Estados, os Municípios e o Distrito Federal, programa nacional de formação de professores e professoras e de alunos e alunas para promover e consolidar política de preservação da memória nacional;

7.23 Estabelecer políticas de estímulo às escolas que melhorarem o desempenho no IDEB, de modo a valorizar o mérito do corpo docente, da direção e da comunidade escolar.

EDUCAÇÃO INTEGRAL

Percentual de escolas públicas com alunos que permanecem pelo menos 7h em atividades escolares



Mantemos esta meta de atendimento a pelo 50% dos alunos do município em educação integral. Estas crianças frequentam a escola de Educação Infantil e Pré-Escolar. O grande desafio a partir de agora será no sentido de integralizar pelo menos os Anos Iniciais do Ensino Fundamental e manter a totalidade da Educação infantil e Pré-Escolar. O município ainda não tem o espaço físico suficiente para instituir este plano até o momento, mas irá caminhar para a integralidade em curto espaço de tempo dos Anos Iniciais e com um pouco mais de tempo para todo o Ensino Fundamental.

Percentual de escolas públicas com alunos que permanecem pelo menos 7h em atividades escolares por etapa de ensino

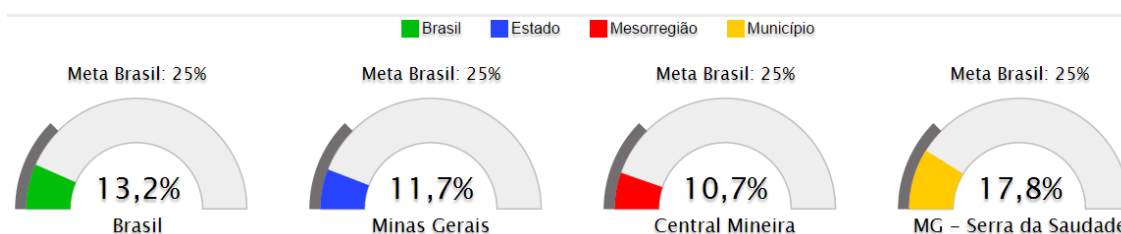
Ano	Educação Infantil	Pré-Escola	Ensino Fundamental anos iniciais	Ensino Fundamental anos finais	Ensino Médio
2011	100	100	*	*	*
2012	100	100	*	*	*
2013	100	100	*	*	*

* O município não oferece a quantidade de horas nesta etapa de ensino.

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Como podemos observar, o CEMEI Menino Jesus é a única escola que atende às crianças em educação integral com 08 horas de permanência dessas crianças em ambiente escolar, onde são proporcionadas horas de aprendizagem, de lazer, descanso e de várias outras atividades. A escola de Ensino Fundamental e Médio, ainda não oferece condições espaciais para tal ensino, além dos recursos financeiros também não serem suficientes para a execução do projeto.

Percentual de alunos que permanecem pelo menos 7h em atividades escolares



Fonte: INEP/Censo Escolar da Educação Básica - 2013

Como vimos somente uma escola oferece esta modalidade, e esta escola representa menos de 20% dos alunos do município. Com a implantação da educação integral nos Anos

Iniciais do Ensino Fundamental, chegaremos a aproximadamente 45% de atendimento a estas crianças. Podemos dizer que os 17,8% atendidos atualmente são muito bem sucedidos em seu atendimento. No entanto para alcançar alunos de níveis mais avançados da educação, sem dúvidas de que há a necessidade da intervenção financeira do estado e da União para universalizar este atendimento.

Percentual de alunos que permanecem pelo menos 7h em atividades escolares por etapa de ensino

Ano	Educação Infantil	Pré-Escola	Ensino Fundamental anos iniciais	Ensino Fundamental anos finais	Ensino Médio
2011	100	100	*	*	*
2012	100	100	*	*	*
2013	100	100	*	*	*

* Não existem alunos com a quantidade de hora especificada no município.

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Estes dados refletem novamente a realidade das escolas. Os alunos que estão no CEMEI, são atendidos de forma integral, os alunos do Ensino Fundamental e Médio ainda não dispõem deste atendimento, que como dissemos será prioridade, de imediato para os jovens dos Anos Iniciais do Ensino fundamental.

Média de horas-aula diária dos alunos por etapa de ensino

Ano	Educação Infantil	Pré-Escola	Ensino Fundamental anos iniciais	Ensino Fundamental anos finais	Ensino Médio
2010	8	8	4,25	4,25	4,25
2011	8	8	4,25	4,25	4,25
2012	8	8	4,25	4,25	4,25
2013	8	8	4,25	4,25	4,25

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos

A carga horária anual dos alunos atende à determinação da Secretaria de Estado da Educação que fixa em pelo menos 200 dias letivos e 833:20 h anualmente. Com um horário bem diferenciado, os alunos aproveitam melhor seu tempo de estudo, possibilitando sua saída mais tarde de suas casas no período da manhã, uma vez que as aulas começam às 09:00 horas

e terminam às 13:25 h e no período da tarde, possibilita que os alunos cheguem bem mais cedo em suas residências, começando as aulas às 16:00 h e terminando às 20:25 h. Sabemos que numa comunidade com uma vulnerabilidade maior, este horário seria insuficiente até demais, porém, em nossa comunidade, ainda não enfrentamos este problema. Para os alunos que ficam em aulas de reforço, este período é acrescido de pelo menos mais 03:00 h semanais.

META 06 – Oferecer a Educação Integral em no mínimo 50% das escolas de forma a atender, pelo menos 25% dos alunos da Educação Básica.

ESTRATÉGIAS

6.1. Promover, com o apoio da União, a oferta de educação básica pública em educação integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos (as) alunos (as) na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 7 (sete) horas diárias durante todo o ano letivo, com a ampliação progressiva da jornada de professores em uma única escola;

6.2. Instituir, em regime de colaboração, programa de construção de escolas com padrão arquitetônico e de mobiliário adequado para atendimento em educação integral, prioritariamente em comunidades pobres ou com crianças em situação de vulnerabilidade social;

6.3. Institucionalizar e manter, em regime de colaboração, programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos, bem como da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação integral;

6.4. Fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinemas e planetários;

6.5. Estimular a oferta de atividades voltadas à ampliação da jornada escolar de alunos (as) matriculados nas escolas da rede pública de educação básica por parte das entidades privadas de serviço social vinculadas ao sistema sindical, de forma concomitante e em articulação com a rede pública de ensino;

6.6. Orientar a aplicação da gratuidade de que trata o art. 13 da Lei no 12.101, de 27 de novembro de 2009, em atividades de ampliação da jornada escolar de alunos (as) das

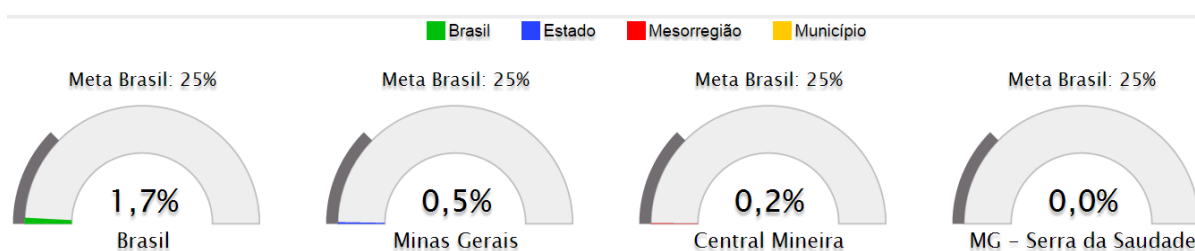
escolas da rede pública de educação básica, de forma concomitante e em articulação com a rede pública de ensino;

6.7. Garantir a educação integral para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na faixa etária de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos, assegurando atendimento educacional especializado complementar e suplementar ofertado em salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em instituições especializadas;

6.8. Adotar medidas para otimizar o tempo de permanência dos alunos na escola, direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, combinado com atividades recreativas, esportivas e culturais.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

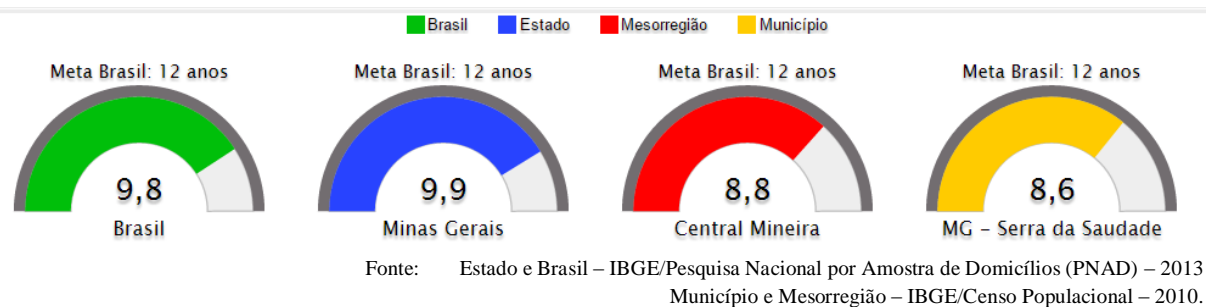
Percentual de matrículas de educação e jovens e adultos na forma integrada à educação profissional



Fonte: INEP/Censo Escolar da Educação Básica - 2013

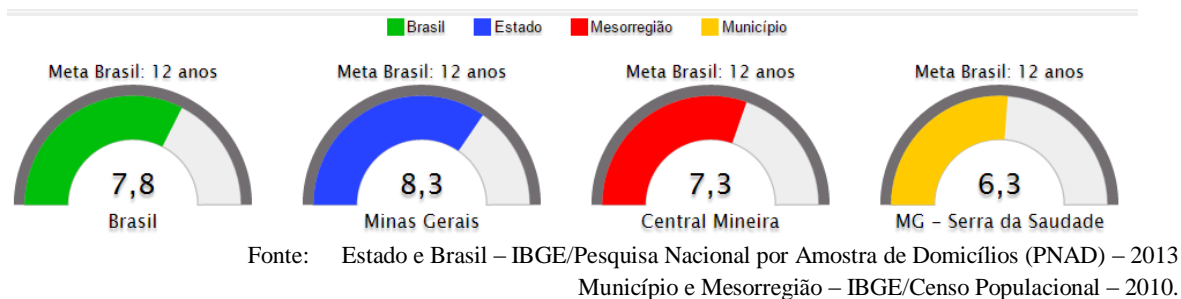
Não temos a EJA Integrada à Educação Profissional. Até o ano de 2014, tinha uma turma de EJA dos Anos Finais do Ensino Fundamental. Como o Ensino Médio é responsabilidade do Estado, os alunos não tiveram oportunidade de continuar uma vez que a turma era menor do que o exigido pela Secretaria de Estado da Educação. A Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Lazer e Turismo, mantém abertas inscrições para EJA do Ensino Fundamental, porém não há demanda, u melhor, não houve procura apesar das diversas formas de divulgação pelo município.

Escolaridade média da população de 18 a 29 anos



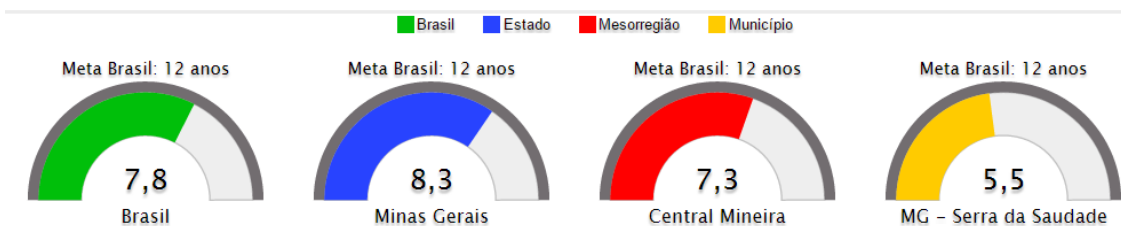
Esta classe de população ainda viveu a crise da educação, onde muito se reprovava muitas vezes sem nenhuma noção. A máxima de que a reprovação selecionava os que realmente eram bons e os que não alcançavam esta meta deveriam repetir até conseguirem, na verdade não se concretizou, uma vez que não foram respeitadas as habilidades individuais de cada um. Com isto, muitos jovens se perderam pelo caminho, tomados pelo desânimo da repetição e estudos. Porém, com tantas dificuldades de pequenos municípios, onde muitas vezes os jovens não conseguem conciliar estudos com serviço, consideramos razoável a escolaridade desta população.

Escolaridade média da população de 18 a 29 anos residente em área rural



Em se tratando da população rural a coisa se modifica e muito, infelizmente de maneira negativa. A falta de transporte escolar adequada aos alunos, atendendo de forma coerente a esta classe, talvez tenha sido um dos fatores preponderantes para baixar esta média. No entanto, a consciência de que os estudos para quem vivia na zona rural, nem sempre eram importantes, cultivando a cultura de que o aluno deveria saber simplesmente o básico, também foram fatores que contribuíram de forma negativa. O próprio desinteresse pelos estudos e falta de motivação, além da falta de uma política de incentivo aos estudantes foram outros vilões da educação para esta classe da população.

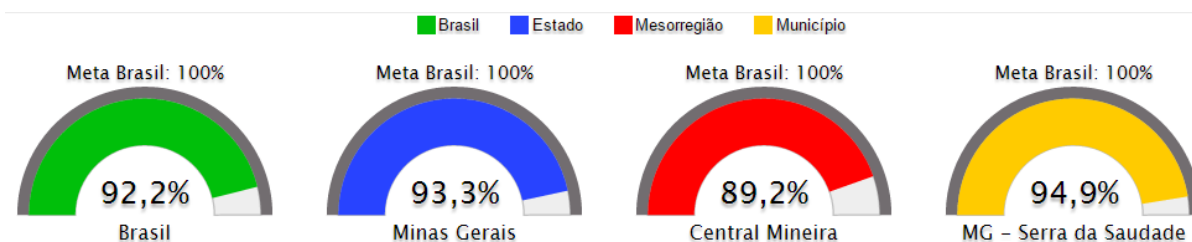
Escolaridade média da população de 18 a 29 anos residente entre os 25% mais pobres



Fonte: Estado e Brasil – IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013
Município e Mesorregião – IBGE/Censo Populacional – 2010

Proporcionalmente a escolaridade da população menos favorecida, cai, assim como da população da zona rural. A necessidade de trabalhar cada vez mais cedo, a repetência desmedida, causando evasão e a falta de recursos materiais para atenderem a esta classe, são fatores que, com certeza influenciaram para esta baixa escolaridade desta classe. No entanto, há de se considerar também o baixo número de alunos, sendo que a proporção aumenta mais a cada aluno a menos no município.

Razão entre a escolaridade média da população negra e da população não negra de 18 a 29 anos



Fonte: Estado e Brasil – IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013
Município e Mesorregião – IBGE/Censo Populacional – 2010

Podemos notar que a distorção de escolaridade no município não leva em consideração a cor ou raça e sim a condição financeira e a localização da população (Zona Rural e Zona Urbana). No entanto, há que se considerar que a população negra, no município de Serra da Saudade concentra-se entre os mais pobres, portanto, esta informação, pode não retratar a verdadeira realidade do município. Se tivéssemos um comparativo da população negra pobre e de classe mais elevada, ficaria mais coerente a média de escolaridade das duas classes.

META 08 – Elevação da escolaridade/diversidade Manter a escolaridade média da população de 18 para 29 anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 anos no último ano de vigência do plano.

ESTRATÉGIAS

8.1. Promover, em parceria com as áreas de saúde e assistência social, o estado e a União, o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola específicos para os segmentos populacionais considerados, identificar motivos de absenteísmo e colaborar com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios para a garantia de frequência e apoio à aprendizagem, de maneira a estimular a ampliação do atendimento desses (as) estudantes na rede pública regular de ensino;

8.2. Institucionalizar, em parceria com o estado e a União, programas e desenvolver tecnologias para correção de fluxo, para acompanhamento pedagógico individualizado e para recuperação e progressão parcial, bem como priorizar estudantes com rendimento escolar defasado, considerando as especificidades dos segmentos populacionais considerados;

8.3. Implementar, em parceria com o estado e a União, programas de educação de jovens e adultos para os segmentos populacionais considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade-série, associados a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial;

8.4. Garantir, em parceria com o estado e a União, acesso gratuito a exames de certificação da conclusão dos ensinos fundamental e médio;

META 09 – Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais até o final da vigência do Plano Decenal de forma a erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% o analfabetismo funcional melhorando os índices de aproveitamento.

9.1. Assegurar a oferta gratuita da educação de jovens e adultos a todos os que não tiveram acesso à educação básica na idade própria;

9.2. Realizar diagnóstico dos jovens e adultos com ensino fundamental e médio incompletos, para identificar a demanda ativa por vagas na educação de jovens e adultos;

9.3. Implementar ações de alfabetização de jovens e adultos com garantia de continuidade da escolarização básica;

9.4. Realizar avaliação, por meio de exames específicos, que permita aferir o grau de alfabetização de jovens

9.5. Realizar chamadas públicas regulares para educação de jovens e adultos, promovendo-se busca ativa em regime de colaboração entre entes federados e em parceria com organizações da sociedade civil;

9.6. Realizar avaliação, por meio de exames específicos, que permita aferir o grau de alfabetização de jovens e adultos com mais de 15 (quinze) anos de idade;

9.7. Executar ações de atendimento ao (à) estudante da educação de jovens e adultos por meio de programas suplementares de transporte, alimentação e saúde, inclusive atendimento oftalmológico e fornecimento gratuito de óculos, em articulação com a área da saúde;

9.8. Estabelecer mecanismos e incentivos que integrem os segmentos empregadores, públicos e privados, e os sistemas de ensino, para promover a compatibilização da jornada de trabalho dos empregados e das empregadas com a oferta das ações de alfabetização e de educação de jovens e adultos;

9.9. Considerar, nas políticas públicas de jovens e adultos, as necessidades dos idosos, com vistas à promoção de políticas de erradicação do analfabetismo, ao acesso a tecnologias educacionais e atividades recreativas, culturais e esportivas, à implementação de programas de valorização e compartilhamento dos conhecimentos e experiência dos idosos e à inclusão dos temas do envelhecimento e da velhice nas escolas.

Taxa de alfabetização de crianças que concluíram o 3º ano do ensino fundamental

Meta Brasil	100%
Brasil	97,6%
Sudeste	99,1%
Minas Gerais	99,3%
Serra da Saudade	100%
Fonte: Estado, Região e Brasil - IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) - 2013	
Fonte: Município e Mesorregião - IBGE/Censo Populacional - 2010	

Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade.

Meta Brasil	93,5%
Brasil	91,5%
Sudeste	95,2%
Minas Gerais	92,4%
Serra da Saudade	86,5%

Fonte: Estado, Região e Brasil - IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) - 2013

Fonte: Município e Mesorregião - IBGE/Censo Populacional - 2010

Taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais de idade.

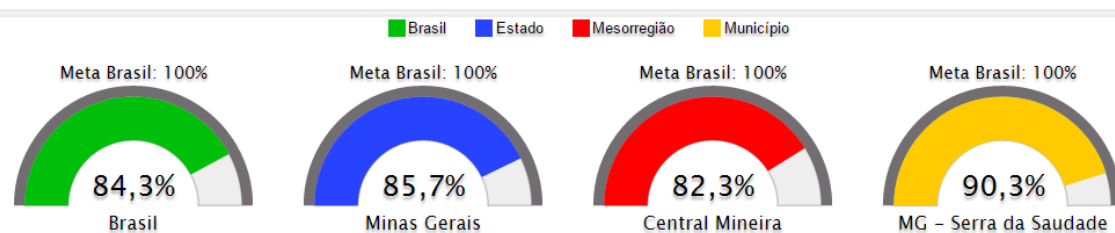
Meta Brasil	15,3%
Brasil	29,4%
Sudeste	22,7%
Minas Gerais	31,9%
Serra da Saudade	36,1%

Fonte: Estado, Região e Brasil - IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) - 2013

Fonte: Município e Mesorregião - IBGE/Censo Populacional - 2010

ENSINO MÉDIO

Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta a escola

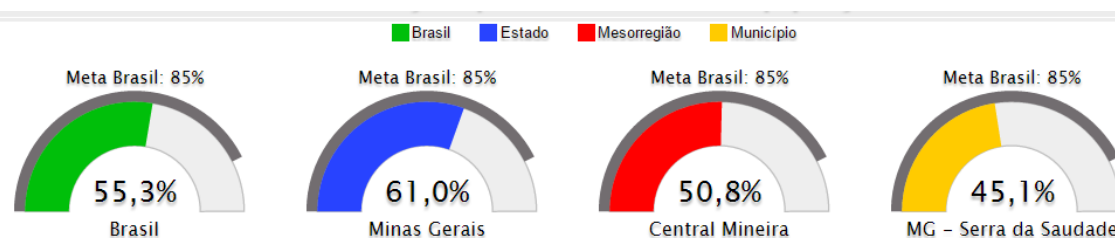


Fonte: Estado e Brasil – IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013

Município e Mesorregião – IBGE/Censo Populacional – 2010

Consideramos os dados muito interessantes, apesar de que a meta é alcançar os 100%. Mas vale ressaltar sempre que o número de pessoas no município é muito pequeno e considerando que nossa matrícula no Ensino Médio não chega a 40 alunos, se 03 alunos estiverem fora da escola, praticamente reflete neste número que aí está. Portanto, é bastante audacioso chegar à totalidade, porém é um desafio que deve ser enfrentado de forma positiva. Acreditamos que a partir de 2013, este índice já seja ainda maior.

Taxa de escolarização líquida no ensino médio da população de 15 a 17 anos



Fonte: Estado e Brasil – IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013

Município e Mesorregião – IBGE/Censo Populacional – 2010

O Ensino Médio em Serra da Saudade funciona por Segundo Endereço da Escola Estadual Professor Antônio Ribeiro de Estrela do Indaiá. Porém, de acordo com os levantamentos da Secretaria Municipal de Educação, estes dados não refletem a real situação do município, uma vez que estão incluídos alunos de dois municípios, ficando muito difícil uma divisão para sabermos até onde vai a responsabilidade de cada um. Como já informamos, os alunos em nível médio de nosso município fica em torno de 35 a 40 alunos, os quais todos incluem nessa faixa etária e todos conseguem sua progressão e por consequência sua escolarização adequada.

META 03 – Universalizar até 2016 o atendimento educacional para 15 a 17 anos e elevar até o final da vigência do PNE, a matrícula do Ensino Médio para 95%, mantendo parceria com a Escola Estadual Professor Antônio Ribeiro do município de Estrela do Indaiá – MG.

ESTRATÉGIAS

3.1. Manter parceria com a Escola Estadual Professor Antônio Ribeiro da cidade de Estrela do Indaiá afim de manter o Ensino Médio Geral para atendimento aos jovens nesta modalidade de ensino, como segundo endereço.

3.2. Incentivar, através de programas municipais o retorno aos estudos daqueles que porventura tenham parado por quaisquer motivos.

3.3. Institucionalizar programa nacional de renovação do ensino médio, a fim de incentivar práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares que organizem, de maneira flexível e diversificada, conteúdos obrigatórios e eletivos articulados em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte, garantindo-se a aquisição de equipamentos e laboratórios, a produção de material didático específico, a formação continuada de professores e a articulação com instituições acadêmicas, esportivas e culturais;

3.4. Pactuar entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, no âmbito da instância permanente de que trata o § 5º do art. 7º desta Lei, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino médio;

3.5. Garantir a fruição de bens e espaços culturais, de forma regular, bem como a ampliação da prática desportiva, integrada ao currículo escolar;

3.6. Manter e ampliar programas e ações de correção de fluxo do ensino fundamental, por meio do acompanhamento individualizado do (a) aluno (a) com rendimento escolar defasado e pela adoção de práticas como aulas de reforço no turno complementar, estudos de recuperação e progressão parcial, de forma a reposicioná-lo no ciclo escolar de maneira compatível com sua idade;

3.7. Fomentar a expansão das matrículas gratuitas de ensino médio integrado à educação profissional, observando-se as peculiaridades das populações do campo.

3.8. Estruturar e fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência dos e das jovens beneficiários (as) de programas de transferência de renda, no ensino médio, quanto à frequência, ao aproveitamento escolar e à interação com o coletivo, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências, práticas irregulares de exploração do trabalho, consumo de drogas, gravidez precoce, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à adolescência e juventude;

3.9. Promover a busca ativa da população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos fora da escola, em articulação com os serviços de assistência social, saúde e proteção à adolescência e à juventude;

3.10. Fomentar programas de educação e de cultura para a população urbana e do campo de jovens, na faixa etária de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos, e de adultos, com qualificação social e profissional para aqueles que estejam fora da escola e com defasagem no fluxo escolar;

3.11. Implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito ou quaisquer formas de discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão;

3.12. Estimular a participação dos adolescentes nos cursos das áreas tecnológicas e científicas.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Hoje, o município de Serra da Saudade, mantém um programa de incentivo aos Jovens e Adultos do Município para que estes continuem seus estudos dentro do próprio município através de cursos Superiores à Distância e Pós-Graduação, inclusive com ajuda de custos e pagamento de 50% das mensalidades para todos os cidadãos de Serra da Saudade. O programa já formou duas turmas de Pedagogia, uma turma de Administração de Empresas e 04 turmas de Pós-Graduação, além de formar uma turma de Técnico em Enfermagem. A Secretaria Municipal de Educação, hoje conta com uma turma de Pedagogia e uma turma de Administração de Empresas em andamento, além de vários outros alunos em cursos diferentes que fazem seus estudos na modalidade à Distância. Porém não oferece nenhum curso Técnico, por não haver demanda. Já no ensino Médio, ainda não houve disponibilidade por parte do Estado, mantenedor da modalidade, para este nível de ensino.

Matrículas de Educação Profissional Técnica total e por forma de articulação com o Ensino Médio.

Ano	Total	Integrada	Concomitante	Subsequente
2008	*	*	*	*
2009	*	*	*	*
2010	*	*	*	*
2011	*	*	*	*
2012	*	*	*	*
2013	*	*	*	*

* Não se aplica ao município.

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Não temos no município esta modalidade de ensino. Seria muito bem vinda caso houvesse interesse do estado, ou ajuda do próprio estado ou da União no sentido de possibilitar ao município a abertura de turmas. No entanto, não há dados suficientes para alimentação da tabela.

Matrículas de Educação Profissional Técnica por rede

Ano	Total	Pública	Privada
2008	*	*	*
2009	*	*	*
2010	*	*	*
2011	*	*	*
2012	*	*	*
2013	*	*	*

* Não se aplica ao município.

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Não temos no município esta modalidade de ensino. Seria muito bem vinda caso houvesse interesse do estado, ou ajuda do próprio estado ou da União no sentido de possibilitar ao município a abertura de turmas. No entanto, não há dados suficientes para alimentação da tabela.

Matrículas de Educação Profissional Técnica por localidade

Ano	Total	Urbana	Rural
2008	*	*	*
2009	*	*	*
2010	*	*	*
2011	*	*	*
2012	*	*	*
2013	*	*	*

* Não se aplica ao município.

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Não temos no município esta modalidade de ensino. Seria muito bem vinda caso houvesse interesse do estado, ou ajuda do próprio estado ou da União no sentido de possibilitar ao município a abertura de turmas. No entanto, não há dados suficientes para alimentação da tabela.

META 11 – Oferecer as matrículas da Educação Técnica de nível Médio, em parceria com a Escola Estadual Professor Antônio Ribeiro, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% no segmento público.

ESTRATÉGIAS

11.1. Fomentar, em parceria com o estado e a União, a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio nas redes públicas estaduais de ensino;

11.2. Fomentar, em parceria com o estado e a União, a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio na modalidade de educação a distância, com a finalidade de ampliar a oferta e democratizar o acesso à educação profissional pública e gratuita, assegurado padrão de qualidade;

11.3. Estimular, em parceria com o estado e a União, a expansão do estágio na educação profissional técnica de nível médio e do ensino médio regular, preservando-se seu

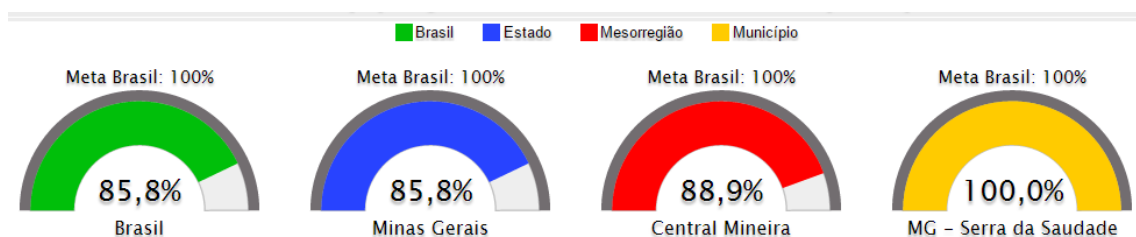
caráter pedagógico integrado ao itinerário formativo do aluno, visando à formação de qualificações próprias da atividade profissional, à contextualização curricular e ao desenvolvimento da juventude;

11.4. Expandir, em parceria com o estado e a União, a oferta de educação profissional técnica de nível médio para as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

11.5. Reduzir, em parceria com o estado e a União, as desigualdades étnico-raciais e regionais no acesso e permanência na educação profissional técnica de nível médio, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da lei.

EDUCAÇÃO ESPECIAL / INCLUSIVA

Percentual da população de 4 a 17 anos com deficiência que frequenta a escola



Fonte: Censo Populacional – 2010

Nosso município não enfrenta esta dificuldade uma vez que não temos demanda para esta modalidade de ensino. Os alunos que têm deficiência na aprendizagem, são atendimentos em sua totalidade no próprio turno ou em horário diferenciado, sendo que a regra vale para todos.

Porcentagem de matrículas de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação por tipo de classe.

Ano	Total			Rede Pública	Rede Privada		
	Classes Especiais	Escolas Exclusivas	Classes Comuns	Classes Comuns	Classes Especiais	Escolas Exclusivas	Classes Comuns
2007	*	*	*	*	*	*	*
2008	*	*	*	*	*	*	*
2009	*	*	*	*	*	*	*
2010	*	*	*	*	*	*	*
2011	*	*	*	*	*	*	*
2012	*	*	*	*	*	*	*
2013	*	*	*	*	*	*	*

* Não se aplica ao município.

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Nosso município não enfrenta esta dificuldade uma vez que não temos demanda para esta modalidade de ensino.

META 04 – Disponibilizar para a população de 4 a 17 anos, com necessidades educacionais especiais acesso à educação escolar básica, de qualidade e com atendimentos especiais de preferência em escola regular.

ESTRATÉGIAS

4.1. Promover, no prazo de vigência deste PNE, a universalização do atendimento escolar à demanda manifesta pelas famílias de crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, observado o que dispõe a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;

4.2. Implantar, ao longo deste PNE, salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada de professores e professoras para o atendimento educacional especializado nas escolas urbanas;

4.3. Garantir atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados, nas formas complementar e suplementar, a todos (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de educação básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação, ouvidos a família e o aluno;

4.4. Manter e ampliar programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e a permanência dos (as) alunos (as) com deficiência por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível e da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistida, assegurando, ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação dos (as) alunos (as) com altas habilidades ou superdotação;

4.5. Garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais - LÍBRAS como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos (às) alunos (as) surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezesete)

anos, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas, nos termos do art. 22 do Decreto no 5.626, de 22 de dezembro de 2005, e dos arts. 24 e 30 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille de leitura para cegos e surdos-cegos;

4.6. Garantir a oferta de educação inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência e promovida a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado;

4.7. Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação beneficiários (as) de programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude;

4.8. Promover a articulação Inter setorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, com o fim de desenvolver modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar, na educação de jovens e adultos, das pessoas com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento com idade superior à faixa etária de escolarização obrigatória, de forma a assegurar a atenção integral ao longo da vida;

4.9. Apoiar a ampliação das equipes de profissionais da educação para atender à demanda do processo de escolarização dos (das) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de professores (as) do atendimento educacional especializado, profissionais de apoio ou auxiliares, tradutores (as) e intérpretes de Libras, guias-intérpretes para surdos-cegos, professores de Libras, prioritariamente surdos, e professores bilíngues;

4.10. Promover, por iniciativa do Ministério da Educação, nos órgãos de pesquisa, demografia e estatística competentes, a obtenção de informação detalhada sobre o perfil das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação de 0 (zero) a 17 (dezessete) anos;

4.11. Promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, a fim de favorecer a participação das famílias e da sociedade na construção do sistema educacional inclusivo.

4.12. Promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando a ampliar a oferta de formação continuada e a produção de material didático acessível, assim como os serviços de acessibilidade necessários ao pleno acesso, participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculados na rede pública de ensino;

FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Porcentagem de professores da Educação Básica com curso superior

Ano	Com superior	Sem licenciatura	Com licenciatura
2009	93,5 %	6,5 %	93,5 %
2010	96,3%	7,69 %	92,31 %
2011	100%	0,0 %	100%
2012	100%	0,0 %	100%
2013	100%	14,28 %	85,72%

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Porcentagem de professores que tem licenciatura na área em que atuam

Ano	Ensino Fundamental - Anos Finais			Ensino Médio		
	Superior	Licenciatura	Licenciatura na área em que atua	Superior	Licenciatura	Licenciatura na área em que atua
2009	100%	100%	85,72%	100%	100%	61,55%
2010	100%	100%	66,66%	100%	100%	73,33%
2011	100%	100%	66,66%	100%	100%	66,66%
2012	100%	100%	66,66%	100%	100%	88,23%
2013	100%	100%	83,33%	100%	100%	61,11%

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Porcentagem de professores da educação básica com pós-graduação por tipo de graduação

Ano	Total	Especialização	Mestrado	Doutorado
2009	29	93,5 %	*	*
2010	31	96,3%	*	*
2011	32	100%	*	*

2012	33	100%	*	*
2013	33	100%	*	*

* Não se aplica ao município.

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

META 15 - Formação dos professores Garantir em regime de colocação com a União, estados, Distrito Federal e Municípios, no prazo de 1 ano de vigência do PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput, assegurando que todos os professores e professoras da Educação Básica possuam formação específica de Nível Superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento que atuam.

ESTRATÉGIAS

15.1. Atuar, conjuntamente, com base em plano estratégico que apresente diagnóstico das necessidades de formação de profissionais da educação e da capacidade de atendimento, por parte de instituições públicas e comunitárias de educação superior existentes nos Estados, Distrito Federal e Municípios, e defina obrigações recíprocas entre os partícipes;

15.2. Ampliar programa permanente de iniciação à docência a estudantes matriculados em cursos de licenciatura, a fim de aprimorar a formação de profissionais para atuar no magistério da educação básica;

15.3. Garantir, por meio das funções de avaliação, regulação e supervisão da educação superior, a plena implementação das respectivas diretrizes curriculares;

15.4. Valorizar as práticas de ensino e os estágios nos cursos de formação de nível médio e superior dos profissionais da educação, visando ao trabalho sistemático de articulação entre a formação acadêmica e as demandas da educação básica;

15.5. Implementar cursos e programas especiais para assegurar formação específica na educação superior, nas respectivas áreas de atuação, aos docentes com formação de nível médio na modalidade normal, não licenciados ou licenciados em área diversa da de atuação docente, em efetivo exercício;

15.6. Fomentar a oferta de cursos técnicos de nível médio e tecnológicos de nível superior destinados à formação, nas respectivas áreas de atuação, dos (as) profissionais da educação de outros segmentos que não os do magistério;

15.7. Manter programa de concessão de bolsas de estudos para que os professores de idiomas das escolas públicas de educação básica realizem estudos de imersão e aperfeiçoamento nos países que tenham como idioma nativo as línguas que lecionem;

META 16 – Formar, em nível de Pós Graduação 90% dos professores da educação básica, até o último ano deste PNE e garantir a todos os profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

ESTRATÉGIAS

16.1. Consolidar política municipal de formação de professores e professoras da educação básica, definindo diretrizes municipais, áreas prioritárias, instituições formadoras e processos de certificação das atividades formativas;

16.2. Ampliar a oferta de bolsas de estudo para cursos de pós-graduação dos professores e das professoras e demais profissionais da educação básica;

16.3. Fortalecer a formação dos professores das escolas públicas de educação básica, por meio da implementação das ações do Plano Nacional do Livro e Leitura e da instituição de programa nacional de disponibilização de recursos para acesso a bens culturais pelo magistério público.

META 17 – Valorizar os profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE.

17.1. Não se aplica ao município.

META 18 - Plano de carreira Manter a existência de planos de carreira para os profissionais da Educação Básica de todos os sistemas de Ensino e para o plano de carreira dos profissionais da Educação Básica Pública, tomar como referência o piso nacional profissional definido em Lei Federal, nos termos no Inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

ESTRATÉGIAS

21.1 Estruturar as redes públicas de educação básica de modo que, até o início do terceiro ano de vigência deste PNE, 750% (setenta e cinco por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais do magistério e 50% (cinquenta por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais da educação não docentes sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo e estejam em exercício nas redes escolares a que se encontrem vinculados;

21.2 Implantar, nas redes públicas de educação básica, acompanhamento dos profissionais iniciantes, supervisionados por equipe de profissionais experientes, a fim de fundamentar, com base em avaliação documentada, a decisão pela efetivação após o estágio probatório e oferecer, durante esse período, curso de aprofundamento de estudos na área de atuação do (a) professor (a), com destaque para os conteúdos a serem ensinados e as metodologias de ensino de cada disciplina;

21.3 Realizar, por iniciativa do Ministério da Educação, a cada 2 (dois) anos a partir do segundo ano de vigência deste PNE, prova nacional para subsidiar os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, mediante adesão, na realização de concursos públicos de admissão de profissionais do magistério da educação básica pública;

21.4 Prever, no plano de Carreira dos profissionais da educação do Município, licenças remuneradas e incentivos para qualificação profissional, inclusive em nível de pós-graduação stricto sensu;

21.5 Realizar anualmente, a partir do segundo ano de vigência deste PNE, por iniciativa do Ministério da Educação, em regime de colaboração, o censo dos (as) profissionais da educação básica de outros segmentos que não os do magistério;

21.6 Estimular a existência de comissões permanentes de profissionais da educação de todos os sistemas de ensino, em todas as instâncias da Federação, para subsidiar os órgãos competentes na elaboração, reestruturação e implementação dos planos de Carreira.

ENSINO SUPERIOR

O Ensino Superior em Serra da Saudade é ofertado numa parceria em que a Prefeitura Municipal realiza com Instituições de Ensino à Distância. Além disso, a Prefeitura Municipal concede auxílio de transporte aos alunos que cursam esta modalidade em Faculdades presenciais.

No que se refere à Educação à Distância, a Prefeitura Municipal arca com os tutores, as salas de multimídia e com o pagamento de 50% das mensalidades a todos os alunos com residência fixa em Serra da Saudade. Esta parceria é efetivada através de Lei Municipal.

Os cursos onde existem demandas para fechamento de turmas toda a infraestrutura do curso é por conta da Prefeitura Municipal. Os demais cursos, os alunos desenvolvem suas atividades individualmente ou nos Centro Cultural com apoio de técnico em informática.

META 12 – Manutenção e elevação de matrícula no Ensino Superior para 50% entre 18 e 24 anos, assegurando a qualidade da oferta e a expansão para novas matrículas do segmento público, mantendo a ajuda de custeio de transporte e de parcerias com entidades privadas de Ensino à Distância pelo Poder Público.

ESTRATÉGIAS

12.1. Manter convênios com Instituições de Ensino Superior na modalidade à Distância com a finalidade de ofertar cursos de qualidade mais próximos da comunidade;

12.2. Manter programa de apoio e transporte escolar para alunos do Ensino Superior que curse esta modalidade em outro município;

12.3. Manter programa de bolsa e incentivo a estudantes de Cursos Superiores residentes dentro município de Serra da Saudade;

12.4. Manter espaços para oferecimento de sala de estudos para estudantes de Cursos Superiores à Distância;

12.5. Otimizar a capacidade instalada da estrutura física e de recursos humanos das salas de estudos de Educação Superior à Distância, mediante ações planejadas e coordenadas, de forma a ampliar e interiorizar o acesso à graduação;

12.6. Incentivar a oferta de educação superior pública e gratuita prioritariamente para a formação de professores e professoras para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, bem como para atender ao déficit de profissionais em áreas específicas;

12.7. Incentivar a oferta de estágio como parte da formação na educação superior;

12.8. Assegurar condições de acessibilidade nas salas de estudos da Educação à Distância de educação superior, na forma da legislação;

12.9. Ampliar a participação proporcional de grupos historicamente desfavorecidos na educação superior à Distância com manutenção de Bolsa de Estudos, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da lei.

META 13 - Elevar a qualidade da Educação Superior e incentivar os profissionais da educação a ingressarem em cursos de mestrado e doutorado.

ESTATÉGIAS

13.1. Manter parcerias com Universidades nas modalidades presencial e à Distância de modo a assegurar vagas para todos aqueles que interessarem a aprimorar seus estudos.

13.2. Incentivar, financeiramente, funcionários que concluíam seus cursos em nível de Pós-Graduação, Mestrado e Doutorado, de forma a elevar seus vencimentos dentro do Plano de Carreira.

META 14 – Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000(sessenta mil) mestres e 25.000(vinte e cinco mil) doutores.

14.1. Não se aplica ao município.

GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Instrumentos de Gestão Democrática existentes no município

Ano	Conselho do FUNDEB	Conselho Escolar	Conselho Alimentar Escolar	Conselho de Transporte Escolar
2011	Sim	Sim	Sim	Sim

Fonte: IBGE/Perfil dos Municípios Brasileiros (Munic) / Preparação: Todos Pela Educação

Caráter do Conselho Municipal de Educação

Ano	Deliberativo	Fiscalizador	Normativo	Consultivo
2006	Sim	Sim	Sim	Sim
2009	Sim	Sim	Sim	Sim
2011	Sim	Sim	Sim	Sim

Fonte: IBGE/Perfil dos Municípios Brasileiros (Munic) - 2006, 2009, 2011 / Preparação: Todos Pela Educação

Grandes aliados do ensino, o município procura incentivar a manutenção de todos os Conselhos que dão suporte à Educação. Os Conselhos são criados de forma democrática e participativa procurando englobar toda a sociedade e comunidade escolar. A maior dificuldade encontrada, realmente são as reuniões ordinárias dos Conselhos, que, muitas vezes faltam até mesmo temas para discussão. Os Conselhos atuam de forma democrática, porém independentes de qualquer órgão público. Têm seus direitos preservados no sentido de manterem fiscalização e controle dos recursos, qualidade e atendimento dos alunos nas áreas de merenda escolar, transporte escolar e manutenção e desenvolvimento do ensino. A Prefeitura Municipal disponibiliza todos os recursos necessários para que estes atuem de forma limpa e transparente, assim como principalmente de forma totalmente independente.

META 19 – Assegurar no prazo de 2 anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública a comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas prevendo recursos e apoio técnico da união para tanto.

ESTRATÉGIAS

19.1. Ampliar os programas de apoio e formação aos (às) conselheiros (as) dos conselhos de acompanhamento e controle social do Fundeb, dos conselhos de alimentação escolar, dos conselhos regionais e de outros e aos (às) representantes educacionais em demais conselhos de acompanhamento de políticas públicas, garantindo a esses colegiados recursos financeiros, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções

19.2. Incentivar a criação de Fórum Permanente de Educação, com o intuito de coordenar as conferências municipais, estaduais e distrital bem como efetuar o acompanhamento da execução deste PNE e dos seus planos de educação;

19.3. Estimular a manutenção e o fortalecimento de conselhos escolares e conselhos municipais de educação, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando-se condições de funcionamento autônomo;

19.4. Estimular a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis, assegurando-se-lhes, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações;

19.5. Estimular a participação e a consulta de profissionais da educação, alunos (as) e seus familiares na formulação dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, assegurando a participação dos pais na avaliação de docentes e gestores escolares;

19.6. Favorecer processos de autonomia pedagógica e administrativa nos estabelecimentos de ensino;

19.7. Incentivar a participação em programas de formação de diretores e gestores escolares, a fim de subsidiar a definição de critérios objetivos para o provimento dos cargos, cujos resultados possam ser utilizados por adesão.

FINANCIAMENTO

Receita municipal em 2013

Descrição	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Receitas Orçadas
Receitas Correntes	12.350.640,00	10.032.986,01	13.594.540,00
Receitas De Capital	1.661.760,00	882.603,33	1.646.760,00
Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	670.000,00	281.851,31	670.000,00
Receitas De Capital - Intra-Orçamentárias	0,00	0,00	0,00
Deduções Da Receita Corrente	1.752.400,00	1.598.355,60	1.749.120,00
Receita Total	12.930.000,00	9.599.085,05	14.162.180,00

Fonte: FNDE-SIOPE/ Elaboração própria

Apesar de pequeno, o município trabalha com um orçamento bem razoável. As despesas são realizadas com total controle. Não há gastos desnecessários, porém os setores são bem assistidos com suas demandas. Como todos os municípios, Serra da Saudade também vem sofrendo com a queda na arrecadação, e, com isto, tem que se adaptar à nova realidade. O setor educacional é o que mais sofre devido ao alto custo do Transporte Escolar e da manutenção do piso sem a complementação dos recursos pela União.

2011	7.740,00	960,00	2.520,00	900,00	8325,20	884,00	28.743,16
2012	7.320,00	1.140,00	2.640,00	420,00	7.940,99	960,20	32.081,39
2013	6.360,00	1.600,00	3.600,00	1.620,00	6.019,00	1.360,00	35.758,55
2014	6.600,00	1.000,00	5.200,00	1.020,00	5.763,63	225,38	38.052,77

http://www.fn-de.gov.br/pls/simad/internet_fn-de.liberacoes_result_pc

ESTRATÉGIAS

20.1. Garantir fontes de financiamento permanentes e sustentáveis para todos os níveis, etapas e modalidades da educação básica, observando-se as políticas de colaboração entre os entes federados, em especial as decorrentes do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e do § 1o do art. 75 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que tratam da capacidade de atendimento e do esforço fiscal de cada ente federado, com vistas a atender suas demandas educacionais à luz do padrão de qualidade nacional;

20.2. Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem, nos termos do parágrafo único do art. 48 da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas, a criação de portais eletrônicos de transparência e a capacitação dos membros de conselhos de acompanhamento e controle social do FUNDEB, com a colaboração entre o Ministério da Educação, as Secretarias de Educação dos Estados e dos Municípios e os Tribunais de Contas da União, dos Estados e dos Municípios;

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Educação, compromisso com a população. Seriedade comprometimento nos investimentos. Cuidar para que os recursos destinados à educação sejam de fato investidos nela.

Este plano visa a sustentabilidade de um projeto de educação, visando os próximos dez anos, mas com reflexos que poderão ser sentidos por muitos outros anos. Portanto, foi construído visando o pleno atendimento à população serrana, com controle, de maneira a não onerar de forma descontrolada os cofres públicos.

O diagnóstico da educação em nosso município nos mostra de forma muito clara o quanto crescemos e evoluímos nos últimos dez anos, mas principalmente onde ainda temos para melhorar e como melhorar.

Sabemos que uma educação não se cria de um dia para o outro. Sabemos que os resultados da educação vêm aos poucos, de maneira que nem sempre a população percebe, mas quando se estabelece metas e ações, estas podem se tornar gerenciadoras de um processo que desencadeia uma revolução na área estudantil.

Não se pode mudar se não for pela educação. Não se pode mudar o meio em que vive, se não partir do princípio que a educação é a base de tudo.

Assim sendo, todo o esforço para se construir de maneira sólida este plano não terá sido em vão, mesmo que mentes maldosas ou desestimuladas assim o quiserem. O município será forte na medida em que criar mecanismos de acompanhamento, de parcerias que possam fazer crescer, melhorar, ampliar e estabilizar o processo educacional.

Assim sendo, para que este plano realmente tenha sucesso, será necessário um acompanhamento contínuo das metas e ações em nível municipal, estadual e nacional. A sintonia entre as esferas e a adoção de responsabilidades de cada um tornará plausível e possível a plena execução do mesmo.

Assim sendo, espera-se que a União e o estado, cumpram seus papéis de financiadores da educação uma vez que a fatia recebida pelos municípios é muito pequena para a responsabilidade que estes arcam com os estudantes.

Neste processo todo, a esperança maior é que os maiores beneficiados sejam os moradores, a população do município, que está usufruindo e com certeza irão usufruir muito mais de uma educação cada vez melhor, mais forte e que vise realmente a população e não os interesses políticos.

FONTES BIBLIOGRÁFICAS:

- <http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>
- <http://portal.inep.gov.br/web/portal-ideb/planilhas-para-download>
- <http://revistaescola.abril.com.br/politicas-publicas/pne-meta-20-691949.shtml>

- <http://www.ibge.gov.br>
- <http://portal.inep.gov.br/básica-censo>
- <http://ide.mec.gov.br>
- <http://www.todospelaeducacao.org.br>
- url: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defthtm.exe?siab/cnv/siabfbr.def>
- <http://ideb.inep.gov.br/resultado/>
- http://www.fnde.gov.br/pls/simad/internet_fnde.liberacoes_result_pc
- <https://www.fnde.gov.br/sigefweb/index.php/liberacoes?ano=2012&programa=todos&cnpj=&estado=mg&cidade=311560&tipoentidade=todos&confirmar=confirmar>
- <https://www.fnde.gov.br/sigefweb/index.php/liberacoes?ano=2013&programa=todos&cnpj=&estado=mg&cidade=311560&tipoentidade=todos&confirmar=confirmar>
- <https://www.fnde.gov.br/sigefweb/index.php/liberacoes?ano=2014&programa=todos&cnpj=&estado=mg&cidade=311560&tipoentidade=todos&confirmar=confirmar>
- http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_pme_caderno_de_orientacoes.pdf
- <http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php>
- <http://revistaescola.abril.com.br/politicas-publicas/pne-meta-14-691931.shtml>
- http://www.adpmnet.com.br/index.php?option=com_contpubl&brasao=p311560.gif&dsufe=estado+de+minas+gerais&dsorg=prefeitura+municipal+de+serra+da+saudade%c3%a9&cnpj=18296657000103&tpformpdf=5&ano=2013&idorg=109&titulo=demonstrativo+de+receitas+e+despesas&idtpc=0

COLABORADORES

Não se constrói um plano sozinho, mesmo porque o plano é de interesse municipal e coletivo. Se fôssemos enumerar cada parceiro que nos ajudou na construção deste plano, talvez fôssemos injustos com alguns.

Porém, temos que destacar e agradecer a todos os integrantes da comissão que não mediram esforços para estarem discutindo, planejando e traçando metas e caminhos a serem a serem seguidos.

Aos funcionários das escolas que sempre estavam dispostos a oferecer informações precisas para que o diagnóstico do município ficasse o mais próximo possível da realidade.

Aos alunos, pais e professores do município que fazem da nossa cidade o melhor lugar para se viver, com segurança, educação, saúde e qualidade de vida.

Aos Vereadores, que não mediram esforços para aprovação do plano e com destaque os vereadores que participaram da construção deste plano, deixando seus afazeres, suas obrigações e ocupando um lugar de destaque para contribuir para uma educação de qualidade ao município. Ao pessoal da Prefeitura Municipal, cada qual em seus setores que abriram livros contábeis, dados e estatísticas para o preciso diagnóstico dentro do município.

À Prefeita Municipal, Senhora Neusa Maria Ribeiro, que deu credibilidade e confiança na comissão para que esta desenvolvesse esse trabalho de organização do PME de forma a atender a população do município.

Ao Senhor Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Lazer e Turismo, professor Ivan Hernane de Oliveira, que usou muito de seu tempo para tornar possível a concretização deste PME.

Ao pessoal da SRE de Pará de Minas e da UNDIME – MG, que não mediram esforços para nos auxiliar e tirar nossas dúvidas em todas as etapas e que tiveram toda a paciência para nos auxiliar.

Ao pessoal da área da saúde, do CRAS que também não mediram esforços para fornecer dados importantes para que este plano ficasse em sintonia com todos os setores do município.

Ao pessoal da Secretaria de Educação, Cultura, Esportes, Lazer e Turismo, com dados, fotografias e demais materiais para a confecção tão bem elaborada deste plano.

Ao Senhor Odilon Costa, que, muitas vezes nos recorreremos para informações de dados do passado, que não ficaram registrados oficialmente, porém como morador antigo do município e memória lúcida muito nos auxiliou com informações prestadas.

E finalmente ao Senhor Marcos Antônio Cardoso da Silva, Técnico do setor de informática, que, sem o mesmo, com certeza este plano não teria sido realizado de forma tão competente, pesquisando, formatando, traçando tabelas e gráficos, inserindo fotos, enfim, fazendo todo o trabalho de organização do plano.

A cada um, que uma forma ou de outra contribuiu para que este plano se tornasse realidade, nossos aplausos e agradecimentos.

COMISSÃO MUNICIPAL DO PME DE SERRA DA SAUDADE – MG.